



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO
DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Juliana Aurora Nogueira

**O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E O ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:
UM ESTUDO DE CASO EM UBERLÂNDIA (MG)**

UBERLÂNDIA - MG
2024

JULIANA AURORA NOGUEIRA

**O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E O ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:
UM ESTUDO DE CASO EM UBERLÂNDIA (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação- Mestrado Profissional (PPGPE), da Universidade de Uberaba para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Básica – Fundamentos e Planejamento.
Orientador: Prof.º Dr. Cílon César Fagiani.

Área de Concentração: Educação.

**UBERLÂNDIA - MG
2024**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Nogueira, Juliana Aurora.
N689p O profissional de apoio escolar e o estudante com transtorno do espectro autista: um estudo de caso em Uberlândia (MG) / Juliana Aurora Nogueira. – Uberlândia (MG), 2024.
105 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Educação Básica – Fundamentos e Planejamento.
Orientador: Prof. Dr. Cílon César Fagiani.

1. Educação inclusiva. 2. Autismo. 3. Professores de educação especial. I. Fagiani, Cílon César. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.9046

JULIANA AURORA NOGUEIRA

**O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E O ESTUDANTE COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO EM
UBERLÂNDIA / MG**

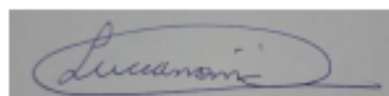
Dissertação/Produto apresentada ao
Programa de Pós – Graduação
Profissional em Educação – Mestrado e
Doutorado da Universidade de Uberaba,
como requisito final para a obtenção do
título de Mestre em Educação.

Aprovada em 05/07/2024

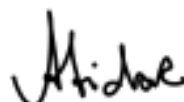
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cilson César Fagiani
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Luciano Marcos Curi
Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Triângulo Mineiro-
IFTM



Profª. Drª. Adriana Marques Aidar
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Dedico esse trabalho ao meu amigo Paulo Sandro Nogueira Tolentino que infelizmente partiu antes de ver a realização desse meu sonho, mas que com certeza está sempre presente em cada linha que escrevo e a cada sonho realizado!

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a espiritualidade que tem me abençoado e me dado sabedoria e força para concluir mais essa etapa.

Aos meus pais, José Eurípedes Nogueira e Terezinha de Jesus Alves Nogueira, os quais me deram subsídios para que chegasse até aqui, por todo apoio, pelas virtudes ensinadas de persistir, de ser humilde e agradecer sempre.

Ao meu esposo Marcos Paulo de Magalhães e meu filho Álvaro Magalhães Nogueira, que me ensina diariamente o sentido mais puro do que é amar e me dá força para prosseguir.

Aos meus irmãos Jôster e Mariane, aos amigos e familiares pelo incentivo, pela paciência e pela ajuda constante.

Ao meu orientador Profº. Dr. Cílson César Fagiani, pela disponibilidade, paciência e generosidade de compartilhar seus conhecimentos.

Ao professor Dr. Luciano Marcos Curi, do IFTM, e à professora Adriana Marques Aidar, da UNIUBE, que gentilmente participaram da banca examinadora e colaboraram de forma indispensável para a evolução do meu trabalho, tanto na qualificação quanto na defesa.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIUBE, pelo apoio no decorrer do curso.

Ao professor Dr. Luciano Marcos Curi, IFTM e a professora Adriana Marques Aidar, UNIUBE, que gentilmente participaram da banca examinadora e que colaboraram de forma indispensável para evolução do meu trabalho tanto na qualificação quanto na defesa.

Ao projeto do Governo do Estado de Minas Gerais - Trilhas de Futuro Educadores/ SEE-MG que possibilitou a realização deste sonho, que antes era tão almejado, mas tão distante.

Aos colegas de turma, pela alegria, carinho e ajuda constante.

No mundo do autismo, um bom professor é aquele que entende, em primeiro lugar, que pode aprender muito com a criança com autismo. (Brites e Brites, 2019, p. 140).

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um tema bastante estudado enquanto ao seu diagnóstico e tratamentos para melhorar principalmente as questões de interações sociais. Tendo em vista que o ambiente escolar após a família é o ambiente de socialização primária e secundária segundo Emile Durkheim a que todos estarão expostos, o estudo no contexto deste se torna primordial. Nessa perspectiva o Profissional de Apoio Escolar desempenha um papel fundamental no atendimento de estudantes com TEA dentro do ambiente escolar. Ressaltando que o objetivo do Apoio Escolar é fornecer suporte para que o estudante com TEA possa participar plenamente das atividades escolares e sociais, garantindo que ele receba a atenção necessária para suas necessidades educacionais especiais. Sendo assim, o presente trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba no curso de Mestrado Profissional, vinculada à linha de pesquisa Educação Básica: Fundamentos e Planejamentos e ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e as Transformações Sociais Globais. Teve como objetivo analisar as principais contribuições e os impactos do trabalho desse Profissional de Apoio Escolar na inclusão de estudantes com TEA produzindo conhecimento e um manual de apoio para familiares e profissionais da educação. O desenvolvimento da pesquisa é baseado na metodologia dialética e tem caráter bibliográfico, documental, exploratório, descritivo e explicativo com abordagem qualitativa, mas também quantitativa. Para contextualizar a escrita foi necessário apoiarmos na base teórica proporcionada por pesquisadores da área, como por exemplo: Antônio Joaquim Severino, Dermeval Saviani, Maria Teresa Eglér Mantoan, Luciana Brites e Clay Brites, entre outros especialista da área da educação e especialmente da inclusão. Além de discutir a legislação vigente buscamos sistematizar dados pertinentes ao objeto de pesquisa publicados em sites oficiais do governo e das escolas de Educação Básica. O intuito é ter um panorama do profissional de apoio que acompanha especificamente os estudantes TEA e o seu papel dentro de sala na cidade de Uberlândia, MG. Conclui-se que há um grande público a ser atendido na cidade de Uberlândia no contexto da educação de estudantes autistas. No entanto, devido à falta de dados precisos, não foi possível determinar quantitativamente esse público. Mesmo assim, é evidente que há um vasto campo a ser explorado, tanto em relação ao público atendido quanto aos responsáveis por esse atendimento. A necessidade de valorização, formação e conscientização é urgente para melhorar o suporte e a inclusão desses estudantes. Como produto desta pesquisa, foi desenvolvido um livreto intitulado Manual de Sobrevivência de uma Autista na Escola. Este material, direcionado a familiares e profissionais da educação, oferece dicas práticas sobre como conviver, ajudar e apoiar no processo de escolarização, promovendo uma parceria eficaz entre a família e a escola. Este livreto visa contribuir para o desenvolvimento de estratégias colaborativas, fortalecendo o trabalho mútuo em prol da inclusão e do progresso educacional dos estudantes autistas.

PALAVRAS-CHAVE: TEA, Apoio Escolar, Autismo, Educação Básica, Inclusão.

ABSTRACT

The Autism Spectrum Disorder (ASD) has been a widely studied topic, particularly in terms of diagnosis and treatments aimed at improving social interactions. Considering that the school environment, following the family, is the primary and secondary socialization setting, according to Emile Durkheim, and one that everyone will be exposed to, studying ASD within this context becomes essential. From this perspective, the School Support Professional plays a fundamental role in assisting students with ASD within the school environment. It is important to emphasize that the goal of School Support is to provide the necessary support for students with ASD to fully participate in school and social activities, ensuring they receive the attention required for their special educational needs. This work was developed within the Professional Graduate Program in Education at the University of Uberaba, under the Professional Master's course, linked to the research line Basic Education: Foundations and Planning, and to the Research Group Work, Education, and Global Social Transformations. The objective was to analyze the main contributions and impacts of the work of this School Support Professional on the inclusion of students with ASD, producing knowledge and a support manual for families and education professionals. The research was developed based on dialectical methodology and is bibliographical, documentary, exploratory, descriptive, and explanatory in nature, with a qualitative but also quantitative approach. To contextualize the writing, it was necessary to rely on the theoretical foundation provided by researchers in the field, such as Antônio Joaquim Severino, Dermeval Saviani, Maria Teresa Eglér Mantoan, Luciana Brites, and Clay Brites, among other specialists in the field of education and particularly inclusion. In addition to discussing the current legislation, we sought to systematize relevant data about the research object published on official government and Basic Education school websites. The aim is to provide an overview of the support professional who specifically accompanies ASD students and their role within the classroom in the city of Uberlândia, MG. It is concluded that there is a significant number of students to be served in the city of Uberlândia within the context of education for autistic students. However, due to the lack of precise data, it was not possible to quantitatively determine this population. Nonetheless, it is evident that there is a vast field to be explored, both concerning the students served and those responsible for this service. The need for recognition, training, and awareness is urgent to improve support and inclusion for these students. As a product of this research, a booklet titled "Survival Guide for an Autistic Student at School" was developed. This material, aimed at families and education professionals, offers practical tips on how to coexist, assist, and support the schooling process, promoting an effective partnership between family and school. This booklet aims to contribute to the development of collaborative strategies, strengthening the mutual work towards the inclusion and educational progress of autistic students.

KEYWORDS: ASD, School Support, Autism, Basic Education, Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

AAI	Auxiliar de Apoio à Inclusão
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAP	Centros de Atendimento Pedagógico
CAS	Centros de Atendimento à Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Centro de Controle e prevenção de doenças dos Estados Unidos
ESEBA	Escola de Educação Básica de Uberlândia
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PAE	Profissional de Apoio Escolar
PAEE	Plano de Atendimento Educacional Especializado
PAP	Professor de Apoio Pedagógico
PDI	Planejamento de Desenvolvimento Individual
PL	Projeto de Lei
PNEE-PEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SEE	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prevalência de Autismo nos EUA até 2023(via CDC)	40
Figura 2 – População do Brasil no censo de 2023.....	41
Figura 3 – Ação judicial sobre a contratação de profissionais de apoio na ESEBA	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cenário da educação no Município de Uberlândia.....	42
Quadro 2 - Quantitativo populacional por faixa etária	42
Quadro 3 – Habilitação, escolaridade e formação especializada para educação especial na Rede Estadual - MG.....	46
Quadro 4 - Descrição das pesquisas analisadas	55

SUMÁRIO

MEMORIAL – Trilhas para o futuro	15
1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Objetivo geral	22
1.2 Objetivos específicos.....	22
1.3 Justificativas	23
1.4 Organização da dissertação e do produto	24
1.5 Percurso metodológico	26
2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA CRIANÇAS COM TEA	32
2.1 Leis Educacionais e Inclusão: Rumo a uma Educação Mais Equitativa	32
3 INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA EM UBERLÂNDIA (MG): IDENTIFICAÇÃO E SUPERAÇÃO DE DESAFIOS.....	39
4 SUPERANDO BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA: ESTRATÉGIAS PERSONALIZADAS PARA O PROFISSIONAL DE APOIO.....	52
4.1 - Explorando as Reflexões a Partir das Análises de trabalhos realizados	54
4.2 - O mundo do trabalho para os profissionais de Apoio Escolar	60
5 PRODUTO EDUCACIONAL	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS.....	74
APÊNDICE	81

MEMORIAL: Trilhas para o futuro

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1987, p. 155).

História de vida pessoal e Formação educacional inicial

A tarefa de revisitar minhas memórias me trouxe uma reflexão sobre a minha caminhada e as pessoas que estiveram diretamente ligadas a esse percurso, desta forma quando paro para relembrar minhas memórias sempre estão nelas minha família: meu pai, minha mãe, meu esposo, meu filho, meus irmãos e a escola. “A família desempenha um papel fundamental no que se refere à transmissão dos valores e comportamentos nas diferentes classes sociais, uma vez que ela possibilita a incorporação do *habitus* primário.” (Bourdieu, 1996, p. 144). Desta forma é fácil entender o quanto da minha família tem em mim e o quão enraizados estão alguns valores que me tornaram quem eu sou, por meus próprios esforços e com o apoio fundamental destes. O maior legado que eles me deixaram com certeza foi o amor, a honestidade, humildade e o respeito e sem esses pressupostos não conseguiria ter alcançado o que alcancei, que para muitos pode ser pouco, mas que para mim e minha família foram grandes conquistas.

Antes de entrar em contato com seus professores, já experimentaram amplamente a influência educacional de seu entorno familiar e de seu meio social, que continuará sendo determinante – quando não decisivo – durante a maior parte do ensino primário. (Savater, 2012, p. 55)

Assim como Savater cita a família foi o meu primeiro núcleo de aprendizado tendo como meus educadores os meus pais e literalmente partiram do nada e tenho certeza que se orgulham de terem construído cidadãos para o mundo, eu e meus irmãos nos tornamos esse produto de um experimento exitoso em nos tornar cidadãos para o mundo. De acordo com Wagner, Ribeiro, Artech e Bornholdt (1999, p.147) “no ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos”

A escola foi o próximo núcleo em que favoreceu para as minhas escolhas enquanto adulta, dela não consigo me recordar de pessoas específicas, mas da escola em si, com crianças

e seus profissionais. Minhas primeiras lembranças são de uma primeira professora amorosa e acolhedora e depois de seis meses a mudança de casa provocou e a mudança da escola, onde tive experiências traumáticas com uma professora ríspida, casa nova, escola nova, amigos novos e principalmente me enquadrar num ritmo de estudo já construído anteriormente pela turma, mas que foi bem desafiador que eu conseguisse alcançar e me encaixar, foi um tempo problemático para a professora e para mim, mas principalmente para os meus pais que utilizaram de várias técnicas para que eu enfim pudesse ir para aula, mas ambas experiências contribuíram para minha escolha futura, pois tinha claramente o tipo de profissional que gostaria de ser.

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. (Gadotti, 2007, p. 11)

E na escola foi onde estes dois núcleos, família e escola, se encontraram para resolução de problemas, mas também de conquistas e celebração de vitórias, de acordo com o Ministério da Educação e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2000, p. 56) a introdução de modelos e maneiras de propiciar a interação entre a família e a escola, reconhecendo a contribuição e os limites da família na educação formal é fundamental para “diversificar os sistemas de ensino e envolver, nas parcerias educativas, as famílias e os diversos atores sociais”.

Resolvi retomar essa lembrança pensando o quanto impactante a vida de terceiros pode ter nas nossas vidas. As dificuldades foram superadas em parte, pois no terceiro ano minha mãe foi chamada na escola, pois a professora me considerava apática, achei bem pertinente tal observação, pois realmente a escola não me trazia tanto ânimo, assim ao refletir sobre essa relação entre a escola e família infelizmente “visa, apenas, culpar a vítima e é uma visão pessimista das relações escola/pais” (Marques, 1999, p.15), após esse contato não houve mudanças na prática da escola, nem sugestões do que poderia ser feito como bem cita Marques, foi apenas um contato crítico e pouco construtivo. Cabe a escola “explicar aos pais certas técnicas de ensino” ou “propor aos pais que treinem os filhos, ajudando-os a fazer exercícios de leitura, matemática, etc.” (Marques, 1999, p. 21).

Sendo assim vale ressaltar que nunca fui uma aluna brilhante, mas também não era das piores, sei que muito do que conquistei com os estudos se deve aos meus pais que sempre colocaram como prioridade os estudos faça chuva ou faça sol, principalmente na chuva minha

mãe nos carregava, mesmo já grandes para atravessar a enxurrada no colo ou com tábuas improvisadas por ela mesma para que não chegássemos molhados na escola, e essa gentileza se estendia também aos nossos colegas, ela realmente foi primordial para os nossos estudos apesar de que na época não dávamos o devido valor.

Meus pais incentivaram nossa criatividade “ter apenas a estrutura necessária não é o suficiente se não houver algum adulto que sirva de mediador para orientar e incentivar a criança a usufruir deste ambiente” (Ferreira e Barrera, 2010 p. 463) adorávamos inventar brincadeiras e meu pai sempre desempenhou muito bem esse papel de nos levar mesmo que na imaginação para lugares incríveis.

Vida Profissional

Mas enfim, fui incentivada a trabalhar desde muito cedo, me orgulho da minha trajetória, comecei trabalhando com o meu pai na loja de Autopeças, mas assim que conclui o curso técnico, uma pequena turma de menores aprendizes foram selecionados para fazer parte da primeira turma de menores aprendizes da Algar, “as relações de trabalho determinam o seu comportamento, suas expectativas, seus projetos para o futuro, sua linguagem, seu afeto” (Codo, 1994, p. 139) e lá estava eu com 14 anos prestes a completar 15 entrando na maior empresa de telecomunicação da região, devido ao ótimo desempenho da nossa turma a extinta TAM, atualmente LATAM, convidou alguns integrantes dessa turma de menores aprendizes, sendo a primeira de turma de menores de idade a trabalhar com eles, fico feliz, pois sei que depois de nós vieram vários, e assim percorri por alguns projetos dentro da empresa, mas sabia que aquilo ali não era o meu lugar.

Posteriormente fui trabalhar em uma empresa de emergências médicas e graças a ela pude fazer minha faculdade de Pedagogia, conforme Nogueira (2012, p. 7), “os indivíduos não se distribuem aleatoriamente entre os diversos cursos em função de supostas preferências ou interesses de natureza idiossincrática. Ao contrário, essa distribuição está estatisticamente relacionada às características sociais, ao perfil acadêmico, à etnia, gênero e idade do estudante”. A escolha por este curso se deu por uma vontade pessoal, mas principalmente por ser um curso que pudesse arcar com as despesas de tal escolha.

Assim surgiu um concurso público para Agente Socioeducativo, Dallari (1989), de modo sintetizado, traz a definição de que “servidor público é quem trabalha para a administração pública em caráter profissional, não eventual, sob vínculo de subordinação e dependência, recebendo remuneração paga diretamente pelos cofres públicos” (Dallari, 1989,

p.16). Aquilo na teoria começou a se encaixar perfeitamente nos meus anseios, pois poderia estar dentro da educação colaborando para ressocialização de menores em conflito com a lei, mas a prática mostrou que o sistema é muito engessado e que é preciso muito mais do que políticas socioeducativas para recuperar um menor infrator, pois se ali chegaram, o problema com certeza estava na base e quando você observa adolescentes, mas que na verdade são crianças e com oportunidades tão diferentes fica mais fácil entender a realidade.

Diariamente assistindo a cena da chegada desses adolescentes, alguns para ficarem apreendidos por um período maior, mas a grande maioria ganhando a liberdade em um dia e perdendo a vida no próximo dia, ou sendo levadas novamente a mesma realidade, sendo na maioria das vezes apreendidas novamente pelos mesmos atos infracionais é desesperador.

Assim foi me despertando cada vez mais o desejo de estar dentro da escola, fiz especialização em Planejamento Educacional e Docência em Ensino Superior para ampliar meu leque de ter uma oportunidade dentro do ambiente escolar. Mudei meus plantões do Centro Socioeducativo para o período noturno e consegui um contrato na rede estadual de ensino na Escola Estadual do Bairro Maravilha. Me tornei professora regente de um 2º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental, tenho que confessar que apesar de ter sido o início da concretização de um sonho, também foi traumático, pois na escola na maioria das vezes os menores problemas estão com os estudantes. Na minha prática o meu desejo é só que os estudantes se sintam bem em ir pra escola não apenas para aprender conteúdos, mas para serem felizes independente do que fizerem. Não podendo acumular os dois cargos tive que optar entre o cargo efetivo de Agente Socioeducativo e o contrato como regente na rede estadual de ensino, assim optei pelo contrato mesmo sabendo dos riscos que correria ao abrir mão da estabilidade.

Assim trabalhei em algumas escolas no regime de contrato na rede estadual de ensino de Uberlândia, mas também como analista pedagógica ou professora contratada na rede municipal de ensino e tive a oportunidade de aprender muito pelos lugares que passei, tanto boas práticas como observar o tipo de profissional que não gostaria de ser no futuro. Em 2012, fiz uma nova especialização agora pela Universidade Federal de Uberlândia em Gestão Pública Municipal, o que me possibilitou agregar conhecimentos sobre a gestão pública e em 2013 passei no concurso para Professora dos anos iniciais da Secretaria de Educação de Minas Gérias, desde então sou funcionária efetiva.

Meu maior desafio veio em 2015, pois se existia um desejo interno e latente dentro de mim era o de me tornar mãe, foi um filho muito desejado que chegou depois de uma gravidez de alto risco, para alegrar e encher as nossa vidas com toda a sua perfeição, meu filho Álvaro ele foi a luz que faltava para iluminar de vez a minha vida, lindo, inteligente, carinhoso, enfim

poderia descrever ele por horas, mas enfim aos 2 anos começamos perceber que ele não atendia pelo nome, amava rodar brinquedos e não conseguia fixar o olhar por muito tempo em certas pessoas, falava, mas repetia sem nenhuma funcionalidade, assim o sinal de alerta foi ligado, por bem colocamos em diversas terapias e aos 5 anos foi confirmado o diagnóstico de Autismo. Aprendi muito e ainda tenho muito que aprender, pois ele vive de forma simples, sincera e espontânea de dar inveja a qualquer um.

Ingresso no Mestrado

Em 2022, quando nem nos meus melhores sonhos, imaginava a possibilidade de fazer um mestrado, quando o Governo estadual de Minas Gerais criou o projeto Trilhas Educadores, que seriam selecionados profissionais da área da educação para realizar cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, resolvi me candidatar, mas não tinha tantas expectativas em ser chamada, mas mesmo assim fiz a inscrição e fiquei na lista de espera, alguns colegas foram contempladas e quando já não tinha mais esperanças fui chamada após uma desistência. Enfim o sonho de fazer um mestrado se tornou realidade, motivo de orgulho para mim e para os que me cercam. O próximo grande desafio foi conciliar a vida de estudante, professora, mãe, esposa, dona de casa e ainda conciliar com as terapias de meu filho.

A escolha da temática para realizar o meu trabalho de pesquisa foi um momento de muita reflexão, pois a priori falaria sobre educação no trânsito por ser um tema que me incomoda profundamente, ao andar pelas ruas é possível perceber uma série de infrações cometidas tanto por pedestres quanto por motoristas, que se tivessem conhecimento desde nos primeiros anos de escolarização talvez poderiam ser minimizados simplesmente pelo acesso a uma educação no trânsito.

Cervo e Bervian (2002, p. 16) afirmam que:

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário.

Mas em contra partida estava submersa no mundo autista, com a busca constante de estudos, tratamentos e terapias que pudessem ajudar o meu filho nos últimos anos, me fez repensar sobre a minha escolha do tema “Ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los” (Galliano, 1986, p. 26). Assim dentre tantos desafios enfrentados dentro da busca pela ajuda adequada para o Transtorno do Espectro Autista um dos que mais me preocupava

era de como isso se daria dentro de sala de aula, pois o PAE (Profissional de Apoio Escolar) seria um ator importante nesse processo e realmente imprescindível? Assim esse questionamento me levou a escolha pelo meu objeto de pesquisa que seria sobre o Profissional de Apoio Escolar para o atendimento de estudantes dentro do Espectro Autista.

No ano de 2023, tomei posse para o cargo de Analista Pedagógica na prefeitura de Uberlândia, onde pude conhecer de mais perto como a gestão ocorre, apesar de já ter tido experiências anteriores no mesmo cargo como contratada, agora como efetiva o olhar é diferenciado e muitas mudanças ocorrem constantemente, então sigo em constante aprendizado acerca desse cargo, que tem também me possibilitado ter uma visão macro do atendimento educacional especializado e do papel do profissional de apoio dentro da rede municipal de ensino em Uberlândia.

Assim, percebo que minha trajetória que me trouxe até aqui e para ter acesso a conhecimentos tão diversos, colegas de estudo com tantos anseios e tanto conhecimento, professores de excelência e com tanta disponibilidade para nos ajudar. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece (Larrosa, 2002, p. 21). O percurso pode ser árduo, mas são amenizados pelos companheiros de trajetória, que se cruzaram para agregar e estimular para a busca constante pelo conhecimento e por uma educação mais qualificada, inclusiva e instigante. E assim refletir de forma positiva, nas nossas práticas enquanto profissionais da educação.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica do desenvolvimento que afeta a comunicação social, a interação social e o comportamento. Segundo Maria Clara Nassif, o autismo é um "transtorno do desenvolvimento caracterizado por dificuldades na comunicação e interação social, além de padrões repetitivos de comportamento" (Nassif, 2018, p. 27).

O intuito de proporcionar ao estudante TEA a possibilidade de se ter um Profissional de Apoio Escolar é de garantir o acesso a uma educação de qualidade e que assim sejam capazes de participar plenamente da vida escolar e social. O conhecimento é produzido socialmente e, por isso, a educação deve estar pautada na compreensão da realidade social em que os estudantes, estão inseridos, visando à sua emancipação (Saviani, 2021). Essa ideia é fundamentada em teorias pedagógicas e sociológicas que destacam a importância da educação como um processo social e enfatizam o papel importante da educação na formação de indivíduos conscientes e capacitados para participar de forma crítica e ativa da sociedade.

Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu em seu artigo 206, inciso I, "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988, s/p). É importante que as escolas reconheçam a importância do Profissional de Apoio Escolar e trabalhem em estreita colaboração com os profissionais envolvidos para garantir que os estudantes com TEA recebam o apoio necessário para sua formação educacional e social, além de garantir seu acesso e permanência na escola. E para favorecer um ambiente propício para aprendizagem há necessidade de criar uma relação dialógica, onde se "pressupõe um jeito diferente de aprender e um jeito diferente de ensinar, usando novas práticas docentes, estratégias, instrumentos que auxiliem na superação das dificuldades." (Sampaio e Magalhães, 2017, p. 764).

Vale ressaltar a importância deste profissional a fim de promover a inclusão social do estudante com TEA. Isso pode incluir a promoção de atividades sociais e esportivas que envolvam o estudante com seus colegas, a organização de grupos de apoio para pais e estudantes, e outras iniciativas que ajudem a integrar o estudante com TEA na vida escolar e social. "A Pedagogia Histórico-Crítica defende uma educação que não se restrinja aos muros da escola, mas que esteja articulada com a realidade social e histórica em que os estudantes estão inseridos, buscando a transformação da sociedade." (Malanchen, 2018 p. 112)

Tendo em vista as diversas atribuições desse profissional e de sua importância para o atendimento de estudantes dentro do espectro autista, a problemática do trabalho visa identificar qual o cenário desses profissionais na cidade de Uberlândia, no atendimento de estudantes desde

os primeiros anos de escolarização na Educação Infantil até o Ensino Fundamental da rede municipal de ensino. A formação desses profissionais e os subsídios para qualificação e as exigências para atuação com os estudantes dentro do espectro autista.

Sendo assim, os principais objetivos da pesquisa é a compreensão do papel do Apoio Escolar na inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar e como suas práticas podem melhorar a inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar. Além de incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento sobre o Apoio Escolar para estudantes com TEA, para que haja uma base teórica e prática de apoio ao trabalho docente mais robusta para a implementação de políticas e práticas inclusivas.

1. 1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a situação do Profissional de Apoio Escolar e os impactos da sua presença em sala de aula no atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na cidade de Uberlândia.

1. 2 Objetivos específicos

Dentre os objetivos específicos da pesquisa foram listados os tópicos abaixo, todos direcionados ao papel do Profissional de Apoio no atendimento de estudantes dentro do transtorno do espectro autista:

- Analisar se houve progresso nas questões legislativas e subsídios para atuação do Profissional de Apoio Escolar para estudantes com transtorno do espectro autista;
- Identificar as possíveis barreiras que impedem o trabalho do Profissional de Apoio Escolar na inclusão de estudantes com TEA;
- Desenvolver estratégias personalizadas para apoiar o trabalho docente a serem desenvolvidas pelo Profissional de Apoio Escolar;
- Estudar sobre o mundo do trabalho para os profissionais de Apoio Escolar e se seu trabalho tem sido relevante para inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar;
- Levantar dados sobre o cenário de Uberlândia acerca dos casos de TEA e dos profissionais de Apoio Escolar nas diversas perspectivas.

1.3 Justificativas

Falar sobre a inclusão tem se tornado cada vez mais um assunto emergente e urgente a se discutir. Um vasto campo a ser estudado sobre os transtornos do neurodesenvolvimento vem intrigado e incentivado esses estudos, assim pesquisas nessa área, em especial relacionada ao Transtorno do Espectro Autista, tem avançada. Autismo, do grego *autós*, significa de si mesmo. Esse termo foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler tentou descrevê-lo como a “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (Cunha, 2012, p. 20). Mas foi Léo Kanner, um psiquiatra austríaco que mais tarde se naturalizou estadunidense, destacou-se como pioneiro ao observar crianças internadas exibindo comportamentos distintos dos descritos anteriormente na literatura psiquiátrica da época. Ele foi o primeiro a publicar um trabalho abordando esse tema. Os estudos apontavam a “incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (Brasil, 2013, p. 17). Também foi observado que “Tais crianças estavam sempre distanciadas das outras e pareciam manter uma relação não funcional com os objetos, inclusive brinquedos” (Suplino, 2009, p.19)

A complexidade do desenvolvimento humano e a importância de considerar as influências ambientais e sociais para compreender plenamente como as pessoas se desenvolvem ao longo da vida sendo assim, "O desenvolvimento humano é um processo histórico e cultural, que ocorre a partir da interação da pessoa com o meio e das relações sociais que estabelece ao longo de sua vida." (Martins, Abrantes e Facci, 2016, p. 13). Nessa perspectiva antes aqueles que eram excluídos e por muitas vezes escondidos da sociedade, hoje há um esforço para a inclusão desses indivíduos com as mais diversas necessidades especiais e em consonância o olhar para estas pessoas com Transtorno do Espectro Autista têm se voltado com bastante intensidade pelos estudiosos, familiares e até mesmo pelos próprios indivíduos.

No Brasil, "A educação especial é uma modalidade de ensino que busca atender às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação." (Mazzotta, 2012, p. 17). Nesse cenário as políticas públicas têm criado estratégias para que a inclusão escolar desse público aconteça de forma razoável.

Nessa perspectiva o papel do professor na escolarização de pessoas dentro do Transtorno do Espectro Autista é de fundamental importância e para isso "A formação de professores é um elemento chave para o sucesso da educação inclusiva, pois os professores

precisam estar preparados para lidar com a diversidade dos estudantes e para oferecer um ensino de qualidade a todos." (Mazzotta, 2012, p. 53)

O estudo da melhor forma de incluir esse público é de fundamental importância, e assim o papel do Profissional de Apoio Escolar vem somar para que as relações sejam mais bem aproveitadas dentro do ambiente escolar, vale ressaltar que o Apoio Escolar como o próprio nome diz vem apoiar o professor regente, na perspectiva de adaptar materiais e promover atividades e interações que realmente tenham relevância na vida do estudante. A lei nº 13.146/2015 prevê que a figura do Profissional de Apoio Escolar deve acompanhar o estudante com deficiência em todas as atividades escolares, auxiliando-o nas tarefas diárias, na comunicação, na locomoção, no uso de recursos didáticos e na interação com colegas e professores. (Brasil, 2015) Sendo assim é de fundamental importância entender como esse profissional desempenha suas atividades e questionamentos acerca de sua função e formação. A presente pesquisa tem como intuito responder tais questionamentos e traçar um panorama deste profissional e como o município tem se empenhado com políticas públicas para que este público que está dentro do Transtorno do Espectro Autista tenha acesso, permanência e adequação da sua inclusão no ambiente escolar.

1.4 Organização da dissertação e do produto

Inicialmente, apresentamos a trajetória da autora, e assim foi possível identificar a correlação com o objeto de estudo e intitulado MEMORIAL: trilhas para o futuro.

A pesquisa é estruturada em seis seções, sendo a última dedicada às Considerações Finais, mais as Referências utilizadas na investigação.

Na construção da seção 1 é reservada a Introdução, onde apresentamos o problema de pesquisa que consiste em entender o papel do Profissional de Apoio Escolar no atendimento de estudantes TEA, além de elencar os objetivos gerais e específicos também foram enfatizadas as justificativas para o desenvolvimento do trabalho e aqui apresentada a organização da dissertação, assim como o produto a ser apresentado na conclusão do trabalho e por fim nessa seção foram destacados o percurso metodológico.

Na seção 2, foram abordadas considerações sobre os aspectos legais da Educação Básica, especialmente no contexto das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, foram examinadas as leis educacionais e de inclusão pertinentes e o impacto que podem ter na promoção de uma educação mais equitativa. As leis educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), e as leis de inclusão, como a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2015), que estabelecem diretrizes e garantias para a educação de crianças com necessidades especiais, incluindo aquelas com TEA. Essas legislações buscam assegurar o acesso à educação de qualidade, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Ao entender e aplicar essas leis de forma eficaz, as instituições de ensino podem implementar práticas inclusivas que atendam às necessidades específicas das crianças com TEA, proporcionando-lhes suporte adequado e oportunidades de aprendizagem significativas. Além disso, as leis de inclusão também incentivam a formação de ambientes educacionais mais acolhedores e inclusivos, nos quais a diversidade é valorizada e a diferença é celebrada.

Já na seção 3 traçamos um panorama sobre a inclusão escolar de estudantes com TEA em Uberlândia (MG) com identificação e superação de desafios, exploramos os esforços e os obstáculos encontrados na jornada rumo à inclusão escolar de estudantes com TEA em Uberlândia, destacando as diversas perspectivas nas diferentes redes de ensino e apontando caminhos para uma educação mais inclusiva e equitativa na região.

No contexto da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o papel que o PAE desempenha se torna crucial na promoção do sucesso escolar e social desses estudantes. O tópico 4 deste estudo abordamos a necessidade de superar barreiras na inclusão escolar por meio da implementação de estratégias personalizadas pelo Profissional de Apoio Escolar. Em 4.1, exploramos reflexões fundamentadas nas análises de trabalhos realizados, destacando insights valiosos e boas práticas que emergem dessas experiências. Em seguida, em 4.2, examinamos o mundo do trabalho para os PAE, considerando os desafios enfrentados e as oportunidades de desenvolvimento profissional neste campo em constante mudança. Este estudo busca fornecer uma visão abrangente e informada sobre as estratégias e perspectivas para os profissionais de apoio na promoção da inclusão escolar de estudantes com TEA.

O Produto Educacional é apresentado na seção 5, que tem o propósito de promover o acesso a informações de forma descontraída por todos que estão envolvidos e interessados, mas que nem sempre dispõe de tempo para se aprofundar nos estudos acerca no universo da neurodiversidade. Este recurso visa contribuir para o desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo sugestões dicas em diferentes níveis de complexidade e abordando possibilidades para atender às necessidades específicas desses alunos e principalmente como agir com respaldo jurídico e pedagógico frente as situações que podem ocorrer dentro do ambiente escolar.

Por fim, a última seção é destinada para as considerações finais, afim de sintetizar os principais pontos abordados ao longo do estudo e de destacar as contribuições para o campo de estudo. Assim, também identificar as descobertas mais importantes e as conclusões alcançadas durante a pesquisa, destacando o papel do Profissional de Apoio Escolar no atendimento de estudantes TEA e identificando as lacunas existentes e as novas perspectivas teóricas. Apontar as limitações do tema pesquisado e delinear novas direções de pesquisa, questões que ficaram sem resposta ou aspectos que podem ser explorados mais a fundo. Enfim as considerações finais visam identificar a relevância de conhecer mais sobre o papel do profissional de apoio e necessidade de aprofundar ainda mais sobre a temática que é urgente e necessária.

1.5 Percurso metodológico

O percurso metodológico escolhido traz a dialética para que seja entendida a dualidade do tema e as relações que existem entre o saber e o poder.

A abordagem dialética na metodologia de uma dissertação de mestrado é fundamentada na filosofia dialética, que busca compreender e explicar os fenômenos por meio das contradições e das interações entre diferentes elementos. Sendo assim de extrema importância considerar as contradições e interações no contexto do objeto de estudo que é o papel do Profissional de Apoio Escolar no atendimento a criança TEA.

A pesquisa é pautada pela dialética, tendo em vista que esta é uma concepção e um método que ressalta essa constante transformação das mais diversas concepções, sendo do que este não se distancia do contexto social e assim a negação induz a novas pesquisas e novos questionamentos, conforme Cirne-Lima afirma que “fazer filosofia dialética é saber passar de um Eu estreito para outros Eus que, embora mais amplos, não deixam de ser Eu mesmo: o Eu que é Nós, o Eu que é natureza, o Eu que é o Absoluto” (Cirne-Lima, 1997, p. 232).

Severino (2013) enfatiza a importância da reciprocidade sujeito/objeto como uma interação social ao longo do tempo histórico, destacando que o conhecimento está intrinsecamente ligado à prática política e ao poder. Ele argumenta que a práxis humana, a ação histórica e social, é guiada por uma intencionalidade voltada para a transformação das condições de existência da sociedade humana (Severino, 2013, p. 72).

A tipologia da pesquisa é explicativa, pois foca principalmente em compreender e explicar a realidade social, os eventos e fenômenos em estudo. Isso é feito através de uma investigação profunda para identificar e explicar as origens e as relações entre esses fenômenos,

principalmente por meio de experimentos e formulação de hipóteses que investigam as relações de causa e efeito. Nesse tipo de pesquisa, as questões e hipóteses são formuladas de maneira muito específica para que possam ser testadas e confirmadas ou refutadas. Esse tipo de pesquisa opera com probabilidades explicativas, buscando entender as relações entre as variáveis estudadas. Como cita Severino:

A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos. (Severino, 2013, p. 76).

A técnica da pesquisa utilizada é a bibliográfica, também conhecida como pesquisa teórica, consiste no processo de explorar e utilizar o vasto conjunto de literatura existente para embasar e fundamentar uma pesquisa, bem como orientar a aplicação do método escolhido. Isso envolve a revisão de textos, livros, artigos acadêmicos e outras fontes de informação relevantes que contribuam para o entendimento do tema em questão e forneçam uma base teórica sólida para o desenvolvimento do estudo. Em suma, trata-se de utilizar o conhecimento já produzido e disponível para orientar e enriquecer o processo de investigação.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (Severino, 2013, p. 76).

A pesquisa documental envolve a análise e interpretação de documentos como fonte principal de dados e informações para a pesquisa. Esses documentos podem ser de natureza variada, incluindo registros oficiais, relatórios, cartas, diários, jornais, revistas, fotografias, vídeos, entre outros, que podem ser classificadas como primárias ou secundárias.

As fontes primárias consistem em dados originais produzidos pelos autores dos documentos, apresentados em sua forma original, sem interpretação ou análises de terceiros, nesse caso utilizaremos as leis que respaldam o trabalho do PAE, elas não apenas definem o que é permitido ou proibido, mas também refletem os valores e as preocupações da comunidade em que são aplicadas. Quando estudadas de perto, as leis revelam não apenas como a sociedade é organizada legalmente, mas também como lida com questões importantes, como direitos individuais, políticas públicas e economia.

Por outro lado, as fontes secundárias são compostas por dados interpretados e analisados por terceiros, como os fornecidos pelo IBGE ou outras bases de dados, filmes, manuais, tabelas, gráficos, biografias, e assim por diante. A pesquisa documental visa explorar e utilizar uma

variedade de fontes documentais para coletar e analisar informações relevantes para um estudo específico.

Severino (2013) destaca que na pesquisa documental, as fontes são consideradas de forma ampla, abrangendo não apenas documentos impressos, mas também outros tipos de documentos, como jornais, fotos, filmes e gravações. Ele enfatiza que esses conteúdos ainda não passaram por análise, sendo a matéria-prima a partir da qual o pesquisador conduzirá sua investigação e análise (Severino, 2013, p. 76).

O tipo de abordagem escolhida para o desenvolvimento da pesquisa é a uma abordagem qualitativa pois ela “tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa”. (Brandão, 2001, p.13)

A pesquisa qualitativa investiga e busca compreender os diversos aspectos da experiência humana dentro da sociedade. Ela se concentra em questões relacionadas aos fenômenos sociais, reconhecendo que os seres humanos não apenas agem, mas também refletem sobre suas ações e interpretam suas experiências dentro do contexto compartilhado com outros indivíduos.

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

E ao pensar na forma qualitativa de abordagem do objeto da pesquisa, intenciona-se buscar a compreensão utilizando-se saberes de diversas fontes, com o propósito de promover avanços no campo a ser estudado. Segundo Severino (2018) na abordagem qualitativa, o pesquisador busca captar a complexidade e a riqueza dos dados coletados, por meio de técnicas como observação participante, entrevistas em profundidade, análise de documentos, entre outras. A ênfase está na compreensão dos processos sociais, das interações humanas e das perspectivas dos participantes envolvidos.

Também utilizaremos dentre as modalidades e metodologias de pesquisa científica a análise de conteúdo que “é uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações.” (Severino, 2013, p. 75)

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas destinadas a analisar as comunicações, buscando sistematicamente e de forma objetiva descrever o conteúdo das mensagens, identificando indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos. Esses indicadores permitem a inferência de conhecimentos acerca das condições de produção e recepção das mensagens, incluindo variáveis que podem ser deduzidas. (Bardin, 2016 p. 48)

Uma revisão crítica da literatura é fundamental para assim identificar diferentes abordagens teóricas relacionadas ao seu tema. Destaque as contradições e tensões existentes entre as diversas teorias ou perspectivas. Explorando as contradições e relações dinâmicas entre variáveis ou fenômenos. Permitindo a análise de diferentes perspectivas e o surgimento de contradições.

Através da coleta de dados se torna possível capturar as nuances e complexidades do papel do profissional de apoio para os estudantes TEA, utilizando análise documental, entre outros. Desta forma a análise dos dados, tem como objetivo identificar contradições, conflitos e relações dialéticas entre diferentes elementos. Tendo em vista as tensões existentes entre a perspectiva do profissional, do estudante, do professor da sala, da escola, da família e das políticas públicas e como elas contribuem para o entendimento mais profundo dessa temática.

Envolve então, revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e documental, sendo exploratória, descritiva e explicativa com abordagem essencialmente qualitativa.

A revisão de literatura é um dos passos fundamentais para pesquisa. Trentini e Paim (1999, p.68) afirmam que “a seleção criteriosa de uma revisão de literatura pertinente ao problema significa familiarizar-se com textos e, por eles, reconhecer os autores e o que eles estudaram anteriormente sobre o problema a ser estudado”.

Ao utilizar a pesquisa bibliográfica se justifica, pois como afirma Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sobre novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. E ao analisar os documentos, segundo Saviani:

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender (Saviani, 2004, p. 4).

Um estudo de caso investiga minuciosamente um caso específico, possibilitando uma compreensão detalhada e contextualizada do fenômeno em análise. A escolha de conduzir um estudo de caso foi motivada pela natureza do objeto de estudo, que se concentra no Profissional

de Apoio Escolar (PAE) na cidade de Uberlândia, com foco no atendimento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A coleta de dados em diversas fontes é fundamental para assegurar a amplitude e a solidez das informações, enquanto a triangulação na análise e interpretação dos dados eleva a validade e a confiabilidade dos resultados, permitindo ao pesquisador validar as descobertas por meio de diferentes perspectivas e métodos. Essa metodologia revela-se particularmente útil em campos como ciências sociais, educação e administração, nos quais a complexidade dos fenômenos demanda uma abordagem minuciosa e contextualizada. Sendo assim “podemos construir a seguinte definição: estudo de caso é uma metodologia de pesquisa de campo que investiga um caso delimitado em profundidade, por meio da coleta de dados em múltiplas fontes, e que utiliza a triangulação na análise e interpretação de dados.” (Mattar e Ramos, 2021, p. 151). Como André, 2019 ressalta:

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo. (André, 2019, p. 97)

Os estudos de caso são ferramentas valiosas quando o objetivo é investigar fenômenos educacionais em seus contextos naturais. Isso porque proporcionam ao pesquisador um contato direto e prolongado com os eventos e situações em análise. Essa proximidade permite a descrição detalhada de ações e comportamentos, a captação de significados subjacentes, a análise de interações entre os diversos elementos envolvidos, a compreensão e interpretação das linguagens utilizadas, além do estudo das representações presentes no ambiente investigado. Um aspecto relevante é que essas descrições e análises são feitas sem desvincular os fenômenos do contexto e das circunstâncias específicas em que se manifestam, o que é crucial para uma compreensão abrangente e contextualizada. Além disso, os estudos de caso permitem não apenas entender como esses fenômenos surgem e se desenvolvem, mas também como evoluem ao longo de um determinado período de tempo, proporcionando insights sobre suas dinâmicas e trajetórias.

O percurso metodológico adotado nesta dissertação de mestrado fundamenta-se na abordagem dialética, buscando compreender a dualidade do tema e as relações entre saber e poder. A pesquisa, de natureza explicativa e qualitativa, utiliza a análise de conteúdo e estudo de caso como técnicas principais. A revisão crítica da literatura e a pesquisa bibliográfica são essenciais para explorar as contradições e tensões existentes nas diferentes perspectivas

teóricas. O estudo de caso, focado no papel do Profissional de Apoio Escolar no atendimento a crianças com TEA em Uberlândia, permite uma compreensão detalhada e contextualizada do fenômeno, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados por meio da triangulação de dados. Esta metodologia revela-se crucial para uma análise aprofundada das interações sociais e das práticas educacionais, proporcionando insights sobre as dinâmicas e trajetórias envolvidas. Desta forma a pesquisa procura estabelecer critérios bem claros para se alcançar os objetivos elencados no trabalho.

2 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA CRIANÇAS COM TEA

Nesta seção, apresenta-se os aspectos legais relacionados à Educação Básica, com um foco específico nas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Exploramos as leis educacionais e de inclusão que moldam o ambiente educacional e seu potencial para promover uma educação mais equitativa. Sabe-se que as leis de inclusão têm como objetivo principal garantir que as crianças com deficiência, incluindo aquelas com TEA, sejam totalmente integradas em ambientes educacionais regulares. Essas leis não apenas promovem a igualdade de acesso à educação, mas também buscam criar um ambiente inclusivo que valorize a diversidade e promova o respeito mútuo entre todos os estudantes. No contexto das crianças com TEA, essas leis estabelecem diretrizes para a criação de programas educacionais inclusivos e para a disponibilidade de recursos adequados para atender às suas necessidades individuais. Ao analisar os aspectos legais da educação básica para crianças com TEA, é crucial não apenas identificar as leis relevantes, mas também avaliar como essas leis são aplicadas na prática e como podem ser aprimoradas para garantir uma educação verdadeiramente equitativa para todos os estudantes.

2.1 - Leis Educacionais e Inclusão: Rumo a uma Educação mais Equitativa

A inclusão de estudantes com autismo no ambiente escolar tem sido uma prioridade nas políticas educacionais ao redor do mundo. No Brasil, diversas leis e políticas foram implementadas para garantir o acesso equitativo à educação para esses estudantes, incluindo a presença de profissionais de Apoio Escolar. O profissional de apoio desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no suporte ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional de estudantes com autismo. Esta seção tem como objetivo explorar as leis educacionais brasileiras que regem a atuação do Profissional de Apoio Escolar no atendimento de estudantes com autismo, destacando suas responsabilidades, direitos e desafios. Ao compreender o arcabouço legal que envolve essa questão, é possível analisar de forma mais abrangente como as políticas públicas têm impactado a inclusão desses estudantes nas escolas brasileiras e identificar possíveis lacunas e áreas de melhoria. Neste contexto, é fundamental reconhecer a importância da legislação como instrumento de promoção da igualdade de oportunidades educacionais e do pleno exercício dos direitos das pessoas com autismo na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é uma das legislações mais importantes no contexto educacional brasileiro. Esta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, definindo os princípios, objetivos e normas que regem o sistema educacional do país. Desde sua promulgação, a LDB tem sido um marco na organização e no desenvolvimento da educação no Brasil, influenciando diretamente políticas públicas, práticas pedagógicas e a estruturação do sistema educacional como um todo. Ao longo dos anos, a LDB passou por diversas alterações e atualizações para se adequar às demandas sociais, culturais e educacionais do país, refletindo os avanços e desafios enfrentados pela educação brasileira.

Sendo assim podemos ressaltar “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1996) e complementada como ações possíveis para que tal acesso seja garantido:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

(...)

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. Estabelecemos esta referência para reiterar o caráter “solidário” da responsabilidade de educação formal por parte de Estado e família, o que por óbvio inclui a manutenção pela frequência, elemento essencial para o desenvolvimento do aluno no tipo de ensino proposto. (Brasil, 1996)

O AEE proporciona suporte específico para estudantes com necessidades educacionais especiais, como os estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Ele é oferecido por profissionais qualificados e capacitados para atender às demandas individuais de cada estudantes, utilizando metodologias, recursos e estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades.

Art.42. O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia (Brasil, 1996, p. 56).

O artigo 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, reforça a importância da escolarização para todos os estudantes, inclusive aqueles que necessitam de atendimento educacional especializado. Ele ressalta que o atendimento educacional especializado não substitui a escolarização regular, mas complementa e amplia as

oportunidades de acesso ao currículo escolar. Em outras palavras, o atendimento educacional especializado é um recurso adicional que visa promover a inclusão e garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no processo educacional.

Portanto, o artigo 42 da LDB destaca a importância de uma abordagem inclusiva na educação, que reconheça e valorize a diversidade dos estudantes e promova o acesso equitativo ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal e acadêmico, reforçando a necessidade da escolarização e do atendimento especializado como medidas complementares e indispensáveis para garantir uma educação de qualidade para todos.

A primeira lei brasileira que aborda especificamente o autismo é a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana. Essa legislação institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela estabelece diretrizes para a promoção da inclusão social, o acesso à educação e saúde, além de garantir diversos direitos para as pessoas com autismo e suas famílias.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece diretrizes para o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo-lhes o acesso, a participação e a aprendizagem em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2008, p. 4).

A garantia dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no contexto educacional é uma preocupação central das políticas públicas voltadas para a inclusão e acessibilidade. No Brasil, a legislação tem avançado significativamente para assegurar que esses indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade e adaptada às suas necessidades específicas. Nesse sentido, o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, destaca um direito crucial: o direito à acompanhante educacional especializado (AEE) para pessoas com TEA incluídas nas classes comuns de ensino regular.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

[...]

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (Brasil, 2012)

Essa disposição legal reconhece a importância de um suporte individualizado para estudantes com TEA, visando promover a sua participação efetiva no ambiente escolar e garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira adequada. O acompanhante

especializado desempenha um papel fundamental ao auxiliar o estudante com TEA em suas atividades diárias, facilitando sua integração, comunicação, locomoção e demais aspectos relacionados à sua aprendizagem e desenvolvimento.

Além disso, a Lei Berenice Piana estabelece o Profissional de Apoio Escolar como parte integrante desse processo de inclusão, definindo suas atribuições e responsabilidades no apoio aos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA. O Profissional de Apoio Escolar atua em todas as atividades escolares em que se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas, desempenhando um papel essencial na promoção da inclusão e no apoio ao desenvolvimento integral desses estudantes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, oficialmente conhecida como Lei nº 13.146/2015 ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal fundamental na garantia dos direitos e na promoção da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. Essa legislação abrange uma série de diretrizes e garantias que visam assegurar a igualdade de oportunidades e a acessibilidade em diversos setores da vida, incluindo educação, trabalho, saúde, transporte, cultura, lazer, esporte e turismo. Vale ressaltar que a lei considera da seguinte forma o público para aplicabilidade da lei:

Art. 2º Considera-se deficiência toda restrição física, intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária e/ou atividades remuneradas, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, dificultando sua inclusão social, enquadrada em uma das seguintes categorias:

- I – deficiência física,
- II – deficiência auditiva,
- III – deficiência visual,
- IV – deficiência intelectual,
- V – surdocegueira,
- VI – autismo,
- VII – condutas típicas,
- VIII – deficiência múltipla (Brasil, 2015)

No âmbito educacional, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece medidas importantes para garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares, promovendo a educação inclusiva. Entre essas medidas, destaca-se o direito à matrícula em escolas públicas ou privadas, sem cobrança de valores adicionais de qualquer natureza. Além disso, a lei prevê a oferta de serviços e adaptações razoáveis para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ao reconhecer o direito à educação inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência reforça o princípio de que todas as pessoas têm o direito de aprender e se desenvolver em um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades. Nesse contexto, profissionais de Apoio Escolar desempenham um papel essencial, atuando em todas as atividades escolares em que se fizer necessária, em instituições públicas e privadas, para garantir o suporte necessário aos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com autismo.

Dessa forma, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência representa um avanço significativo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, promovendo a inclusão social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado de Longa vida, em seu art. 2º, inciso I, define Educação Especial da seguinte forma: “modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (Brasil, 2020).

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, é uma medida governamental importante que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado de Longa Vida. Este decreto busca promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ao mencionar especificamente os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o decreto reconhece a diversidade das necessidades educacionais e a importância de abordagens diferenciadas para atender a esses grupos específicos. O Decreto nº 10.502 representa um avanço significativo na promoção da educação inclusiva no Brasil, reafirmando o compromisso do Estado em garantir o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas características ou condições individuais. A Lei nº 13.977/2020 é uma legislação importante que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre o Autismo no Brasil. Esta semana é celebrada anualmente na semana que inclui o dia 2 de abril, que é o Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

Essa iniciativa tem como objetivo promover a conscientização e disseminar informações sobre o autismo para a sociedade em geral. Através de atividades educativas, campanhas de sensibilização e eventos especiais, a Semana Nacional de Conscientização sobre o Autismo busca aumentar a compreensão sobre as características do autismo, os desafios enfrentados

pelas pessoas com autismo e suas famílias, e a importância da inclusão e do respeito aos direitos das pessoas com autismo.

Ao instituir essa semana de conscientização, a legislação reconhece a importância de ampliar o conhecimento sobre o autismo e combater o estigma e a discriminação associados a essa condição. Além disso, visa promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com autismo em todos os aspectos da vida, incluindo educação, trabalho, saúde e lazer.

Portanto, a Lei nº 13.977/2020 representa um passo importante na promoção da conscientização e na defesa dos direitos das pessoas com autismo no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, acolhedora e respeitosa com a diversidade humana.

Ao garantir a presença de profissionais de Apoio Escolar especializados nas salas de aula, o projeto busca assegurar que os estudantes com deficiência tenham acesso ao suporte necessário para desenvolver todo o seu potencial acadêmico, social e emocional. Dessa forma, contribui para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, igualitário e acessível a todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais.

Vale ressaltar que todas as leis citadas até aqui são todas de âmbito federal. A hierarquia das leis é um princípio fundamental no sistema jurídico de muitos países, incluindo o Brasil. No Brasil, as leis são organizadas em uma hierarquia que determina sua prevalência e sua capacidade de revogar ou modificar outras leis.

A existência de leis estaduais e municipais sobre o mesmo tema é uma característica do sistema federativo adotado no Brasil. De acordo com esse sistema, o país é dividido em diferentes unidades políticas autônomas, como estados e municípios, que possuem competências legislativas próprias.

A hierarquia das leis no Brasil estabelece que as leis federais, como as aprovadas pelo Congresso Nacional, têm prevalência sobre as leis estaduais e municipais. No entanto, cada esfera de governo tem autonomia para legislar sobre assuntos de sua competência, desde que respeitem a Constituição Federal e não contrariem as leis federais.

Dessa forma, é comum que existam leis estaduais e municipais sobre o mesmo tema, especialmente quando se trata de questões relacionadas à educação, saúde, transporte, meio ambiente, entre outros. Por exemplo, um estado pode aprovar uma lei que estabelece diretrizes específicas para a educação inclusiva em suas escolas, enquanto um município pode criar normativas sobre o acesso de pessoas com deficiência a espaços públicos dentro de seu território.

Essa descentralização legislativa permite que as leis sejam adaptadas às necessidades e realidades locais, garantindo uma maior efetividade na implementação das políticas públicas. No entanto, é importante ressaltar que, em caso de conflito entre leis estaduais, municipais e federais, prevalece a legislação de hierarquia superior, ou seja, as leis federais têm supremacia sobre as leis estaduais e municipais.

3 - INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA EM UBERLÂNDIA(MG): IDENTIFICANDO E SUPERAÇÃO DE DESAFIOS.

Considerando uma projeção mais recente, estima-se que cerca de 6 milhões de indivíduos no Brasil vivem com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa estimativa foi calculada com base em dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, que indicam que aproximadamente 1 em cada 36 pessoas está dentro do espectro do autismo.

De acordo com o DSM-5:

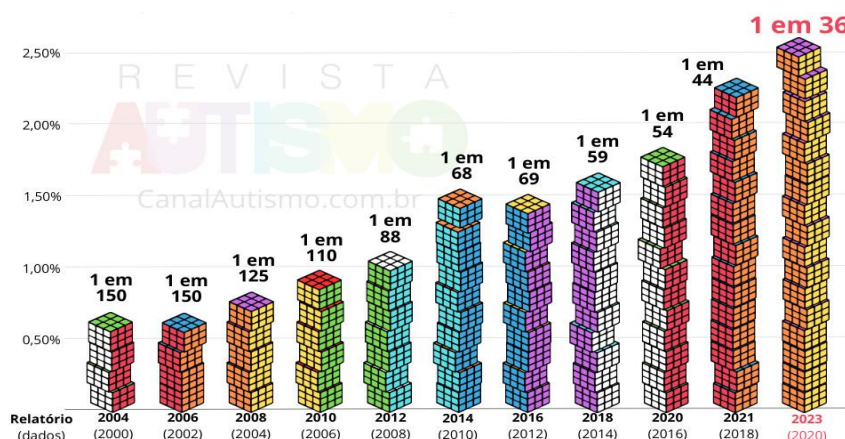
Em anos recentes, as frequências relatadas de transtorno do espectro autista, nos Estados Unidos e em outros países, alcançaram 1% da população, com estimativas similares em amostras de crianças e adultos. Ainda não está claro se taxas mais altas refletem a expansão dos critérios diagnósticos do DSM-IV de modo a incluir casos subliminares, maior conscientização, diferenças na metodologia dos estudos ou aumento real na frequência do transtorno. (American Psychiatric Association, 2014, sp)

O CDC é uma instituição reconhecida internacionalmente por sua excelência em pesquisa e controle de doenças. Seus métodos de coleta e análise de dados seguem padrões rigorosos, o que confere credibilidade aos seus estudos. Em muitos casos, o Brasil pode não ter pesquisas abrangentes ou atualizadas sobre certas condições de saúde. Portanto, os estudos do CDC oferecem uma fonte valiosa de dados que podem preencher essa lacuna. Ao usar dados do CDC, os pesquisadores brasileiros podem comparar as tendências e padrões observados nos Estados Unidos com a situação local. Isso pode fornecer insights importantes sobre como o autismo é diagnosticado, tratado e gerenciado em diferentes contextos culturais e de saúde. Os dados do CDC podem informar políticas públicas e estratégias de saúde no Brasil. Eles podem ajudar os formuladores de políticas a entender a prevalência e a distribuição do autismo na população e a desenvolver programas e serviços adequados às necessidades das pessoas com autismo e suas famílias.

Recentemente, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, conforme Figura 1, divulgou dados preocupantes sobre o aumento dos casos de autismo. Essa publicação do CDC ressalta a importância de compreender e abordar adequadamente as necessidades das pessoas com TEA, especialmente no ambiente educacional. Com o aumento do número de casos, é essencial garantir que haja recursos e apoio adequados disponíveis para esses indivíduos, tanto em termos de educação especializada quanto de suporte profissional em sala de aula. Esses dados do CDC destacam a necessidade urgente de políticas

e práticas inclusivas que atendam às necessidades específicas dos estudantes com TEA. Essas informações também podem servir como um alerta para as autoridades e profissionais da área da educação em outras regiões, incentivando um olhar mais atento e uma resposta mais proativa às demandas dessas comunidades.

Figura 1 – Prevalência de Autismo nos EUA até 2023 com diagnósticos em crianças de 8 anos (via CDC).



Fonte: Canal autismo, 2024.

De acordo com Alysson Muotri, não há evidências de que a prevalência do autismo seja diferente em qualquer outro país, sugerindo que o número de autistas no Brasil seja semelhante ao de outros lugares. Com base na projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2021, que estimava a população brasileira em mais de 213,3 milhões de habitantes, aproximadamente 1 em cada 36 habitantes poderia ser autista, totalizando cerca de 5,295 milhões de pessoas. Considerando a projeção atualizada para 215,9 milhões de habitantes, o número projetado de autistas no Brasil poderia chegar a 5,997 milhões. Segundo o Canalaautismo (2023):

No Brasil é possível que o número seja semelhante, já que nenhuma evidência indica que a prevalência seja diferente em qualquer outro país, segundo Alysson Muotri. Tendo mais de 213,3 milhões de habitantes brasileiros, de acordo com a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2021, 1 em cada 36 habitantes equivale a 5,295 milhões. Considerando a projeção para hoje — 215,9 milhões —, basta dividir esse total por 36 e o resultado é que o número de autistas projetado pode chegar a 5,997 milhões no Brasil! (Canalaautismo, 2023)

No levantamento demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma nova questão foi introduzida no Questionário de Amostra, que é mais detalhado e aplicado a uma parcela menor da população (aproximadamente 11%). Essa questão

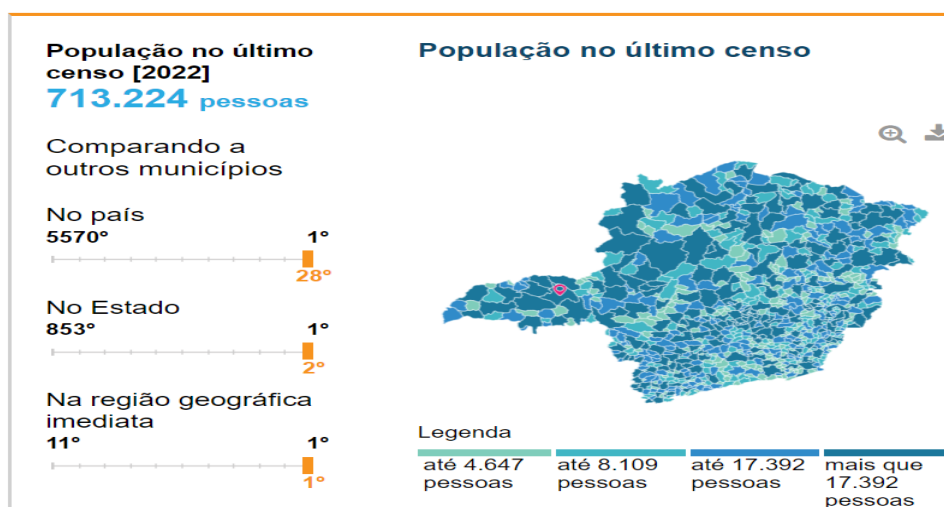
visa determinar a prevalência do autismo e é formulada da seguinte maneira: "Você já recebeu diagnóstico de autismo por algum profissional de saúde?" As opções de resposta são "sim" ou "não". A divulgação dos resultados finais do Censo está prevista para até 2025.

Uberlândia, localizada no Triângulo Mineiro, sendo a segunda maior cidade de Minas Gerais, destaca-se como uma das principais cidades do interior de Minas Gerais. Sua posição estratégica favorece uma economia diversificada, com ênfase no agronegócio, comércio, indústria e tecnologia. Como importante centro agrícola, a região é reconhecida pela produção de grãos e pecuária, impulsionando o desenvolvimento econômico local.

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um desafio complexo e multifacetado enfrentado pelas comunidades educacionais em todo o mundo. Em Uberlândia não é diferente. Nesta cidade, assim como em muitas outras, a busca por práticas inclusivas eficazes que atendam às necessidades individuais desses estudantes é uma prioridade constante principalmente por parte dos familiares e profissionais da educação que buscam melhores condições desses indivíduos serem inseridos na sociedade.

De acordo com o último levantamento divulgado pelo IBGE – Figura 2 - em 2022, Uberlândia tem uma população de 713.224 pessoas. De acordo com o que tem nos trazido o CDC dos Estados Unidos e conforme estudiosos citados acima não se divergem tanto da realidade em outros lugares, a perspectiva de 1 para cada 36 pessoas estarem dentro do espectro autista, podemos chegar a um número aproximado de 19811 pessoas autista na cidade de Uberlândia. Junto com esses números questionamentos de onde estão essa parcela da população são inevitáveis de serem pensadas.

Figura 2 – População do Brasil no censo de 2023



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023a)

Um questionamento mais aprofundado nos convida a refletir sobre a presença atual e passada dessa população nas instituições educacionais. De acordo com dados do IBGE, a grande maioria dos estudantes entre 5 e 14 anos, cerca de 98%, Quadro 1, está matriculada, totalizando aproximadamente 89.184 indivíduos nessa faixa etária -Quadro 2. Isso significa que em torno de 87.400 pessoas em idade escolar estão frequentando instituições na Educação Básica.

Quadro1 – Cenário da Educação em Uberlândia

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	6,1
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,4
Matrículas no ensino fundamental [2021]	82.697 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	21.882 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	4.303 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	1.470 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	181 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	54 escolas

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023c)

Uberlândia apresenta um perfil demográfico diversificado – QUADRO 2. A predominância de adultos sugere uma economia ativa e uma demanda por serviços de emprego, habitação e transporte. O aumento da população idosa aponta para desafios futuros em termos de serviços de saúde e infraestrutura adaptada para essa faixa etária. Essa estrutura etária tem implicações significativas para o planejamento urbano, políticas de educação, saúde pública, e desenvolvimento econômico. A cidade precisa adaptar suas estratégias para atender às necessidades de uma população em envelhecimento enquanto continua a apoiar o desenvolvimento dos jovens e adultos economicamente ativos.

QUADRO 2 – Quantitativo populacional por faixa etária.

Faixa etária da população de Uberlândia		
	Nº de Habitantes	% da População
0 a 4 anos	41.275	5,8
5 a 9 anos	45.240	6,34
10 a 14 anos	43.944	6,16
15 a 19 anos	47.409	6,65
20 a 24 anos	57.203	8,02

25 a 29 anos	60.249	8,45
30 a 34 anos	59.398	8,33
35 a 39 anos	58.657	8,22
40 a 44 anos	58.167	8,16
45 a 49 anos	48.587	6,81
50 a 54 anos	44.185	6,20
55 a 59 anos	40.762	5,72
60 a 64 anos	34.977	4,90
65 a 69 anos	26.992	3,78
70 a 74 anos	19.249	2,70
75 a 79 anos	12.228	1,71
80 a 84 anos	7.979	1,12
85 a 89 anos	4.274	0,60
90 a 94 anos	1.838	0,26
95 a 99 anos	512	0,07
100 anos ou mais	99	0,01

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023b)

O objetivo de analisar a realidade da inclusão escolar de estudantes com TEA em Uberlândia, é de identificar as principais barreiras que impedem esse processo e propondo estratégias para superar esses desafios. Ao compreendermos melhor as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com TEA e suas famílias, podemos desenvolver abordagens mais eficazes e personalizadas para garantir seu pleno acesso e participação no ambiente escolar.

No contexto da sociedade contemporânea, a educação desempenha um papel fundamental na transformação social e no desenvolvimento econômico de uma região. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenha um papel crucial ao fornecer dados e análises sobre diversos aspectos sociais, econômicos e demográficos do país. Recentemente, o IBGE divulgou dados que lançam luz sobre o cenário educacional em Uberlândia, uma das principais cidades do interior de Minas Gerais. Estas estatísticas oferecem insights valiosos sobre o estado atual da educação nesse município, revelando tanto suas conquistas quanto seus desafios, e apontando para direções importantes para políticas públicas e investimentos futuros. Nesta análise, exploraremos os dados mais recentes do IBGE, destacando o panorama educacional em Uberlândia e suas implicações para o futuro da região (Quadro 1).

Segundo dados no Quadro 1, o IBGE traz um quantitativo de 181 escolas de ensino fundamental e 54 escolas de ensino médio, mas ao consultar o site da SRE de Uberlândia é possível identificar 338 unidades escolares no município de Uberlândia, sendo destas 66 unidades estaduais, 2 federais, 112 municipais e 158 privadas, conforme Anexo 1. Para realizar

uma análise das 338 escolas e um quantitativo pressuposto de 2731 estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), podemos começar considerando a distribuição desses estudantes nas escolas e avaliando a capacidade de cada escola para atender às suas necessidades específicas. Desta forma é necessário analisar como estes estudantes estão distribuídos nas escolas públicas e privadas da cidade, e como é fornecido o suporte a esses estudantes e é fundamental avaliar a eficácia das políticas inclusivas em cada escola. Isso pode ser feito através da análise de indicadores como taxas de conclusão escolar, desempenho acadêmico e satisfação dos estudantes e suas famílias.

Ao realizar essa análise das 338 escolas para os 2731 estudantes com TEA, é possível identificar áreas de melhoria e implementar estratégias para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, recebam uma educação de qualidade e inclusiva.

O objetivo de analisar a realidade da inclusão escolar de estudantes com TEA em Uberlândia, é de identificar as principais barreiras que impedem esse processo e propondo estratégias para superar esses desafios. Ao compreendermos melhor as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com TEA e suas famílias, podemos desenvolver abordagens mais eficazes e personalizadas para garantir seu pleno acesso e participação no ambiente escolar.

No contexto da cidade de Uberlândia, o trabalho do Profissional de Apoio Escolar no atendimento de estudantes com TEA ocorre em um cenário diversificado, com a presença de escolas estaduais, municipais, federais e particulares. Essa variedade de instituições de ensino reflete a complexidade do sistema educacional da cidade e apresenta diferentes desafios e oportunidades para a inclusão escolar de estudantes com TEA.

Nas escolas municipais, o trabalho do Profissional de Apoio Escolar também é fundamental para garantir a inclusão de estudantes com TEA. Essas escolas podem adotar políticas e práticas inclusivas próprias, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo município de Uberlândia. Isso pode incluir a formação de equipes multidisciplinares, o desenvolvimento de planos de apoio individualizados e a oferta de recursos específicos para atender às necessidades dos estudantes com TEA.

A Lei Complementar municipal nº 661, de 8 de abril de 2019, representa uma importante atualização no contexto educacional do município de Uberlândia. Ao alterar a Lei nº 11.967, de 29 de setembro de 2014, e suas alterações, esta legislação traz modificações significativas no Plano de Carreira dos Servidores do Quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia. No seu nono artigo nos traz sobre o Profissional de Apoio Escolar.

Art. 9º-A Os servidores públicos municipais do Quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia, cumprirão carga horária de trabalho semanal, conforme constantes no Anexo III:

I - instrutor de língua de sinais e intérprete de língua de sinais: 20 (vinte) horas;

II - educador infantil I e profissional de apoio escolar: 25 (vinte e cinco) horas;

(Uberlândia, 2019)

Na própria Lei Complementar nº 661/19 no anexo IV são dispostos os requisitos para o provimento ao cargo de Profissional de Apoio Escolar e as atribuições dos cargos.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO

Curso Técnico de Nível Médio na modalidade Normal ou Magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior. Acrescido de Curso de Cuidador para apoio ao aluno com deficiência nas escolas, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas. (Uberlândia, 2019)

Dentre as funções as serem especificamente desempenhadas pelo profissional o anexo traz nas atribuições do cargo:

- * Acompanhar, orientar, estimular e executar atividades relativas a alimentação, higiene, locomoção, saúde, segurança e bem estar junto o aluno com deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), sempre que validada a necessidade pela Equipe de Atendimento Educacional Especializado em consonância com a Assessoria Pedagógica;
- *Desenvolver atividades com recursos imagéticos, materiais concretos, revistas, jornais, letras móveis, recortes de livros didáticos, e outros, de modo a tornar acessíveis os conteúdos curriculares oferecidos pelo Professor, respeitando as especificidades apresentadas pelo aluno relacionadas à sua condição de funcionalidade;
- *Atuar de forma articulada com os professores da sala comum, da sala de recursos multifuncionais, bem como com os outros profissionais do contexto escolar;
- *Organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação;
- *Auxiliar o aluno na organização do material, manuseio e registro do conteúdo no caderno;
- *Auxiliar o professor e a equipe pedagógica da escola no desenvolvimento das atividades com os estudantes e turmas, propiciando a acessibilidade do aluno aos conteúdos ministrados em classe comum;
- *Auxiliar o aluno na condução ou locomoção em horário de entrada, saída ou em quaisquer outras necessidades fora da sala;
- *Realizar a mediação do desenvolvimento e aprendizagem do aluno que necessite de auxílio especial para que este tenha acesso aos conhecimentos e conteúdo dentro da sala de aula;
- *Colaborar com o trabalho em grupo na sala de aula, integrando o aluno nas tarefas e auxiliando o professor para atende-lo em sua diferença;
- *Auxiliar o aluno na realização das avaliações ocorridas na sala de aula, realizando estratégias desenvolvidas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE); (Uberlândia, 2019)

Nas escolas estaduais, o Profissional de Apoio Escolar geralmente atua em conformidade com as diretrizes e políticas educacionais estabelecidas pelo estado de Minas Gerais. Isso pode incluir a implementação de programas e recursos específicos para apoiar a

inclusão de estudantes com TEA, como salas de recursos multifuncionais e a disponibilização de profissionais especializados em apoio educacional.

É importante ressaltar que, para ocupar o cargo de Profissional de Apoio Escolar, não há a realização de concurso público. Em vez disso, a seleção ocorre por meio de processos seletivos conforme estabelecido pela Resolução SEE nº 4.920, de 06 de outubro de 2023. Essa resolução define os critérios e procedimentos para a inscrição e classificação no Cadastro de Reserva, bem como para a convocação temporária de candidatos ao exercício de funções do Quadro do Magistério na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Abaixo é possível ver o quadro disposto nos anexos da resolução SEE nº 4.920, de 06 outubro de 2023, que dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição e classificação no Cadastro de Reserva e para convocação temporária de candidatos ao exercício de funções do Quadro do Magistério na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais, podemos identificar a habilitação/escolaridade exigidas para exercer o cargo de professor de educação básica na rede Estadual de Minas Gerais.

A Resolução SEE nº 4.920/2023, que versa sobre a habilitação, escolaridade e formação especializada exigidas para atuar na educação especial da rede estadual de ensino de Minas Gerais, representa um marco regulatório essencial para a garantia da qualidade e efetividade do Atendimento Educacional Especializado (AEE). No Quadro abaixo, são delineadas as exigências para profissionais que desempenham papéis-chave na promoção da inclusão educacional, como Tradutores e Intérpretes de Libras, Guia Intérpretes, e aqueles dedicados ao apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas, tanto na Sala de Recursos como nas atividades realizadas nos Centros de Atendimento Pedagógico (CAP) e Centros de Atendimento à Saúde (CAS). Esta análise se propõe a explorar detalhadamente as habilitações e formações requeridas, reconhecendo sua importância para a construção de um ambiente educacional inclusivo e acessível em Minas Gerais.

A Rede Estadual de Educação de Minas Gerais possui diretrizes específicas para a habilitação, escolaridade e formação especializada dos profissionais que atuam na educação especial – Quadro 3 - apresenta uma visão geral e ressalta a necessidade de formação qualificada dos profissionais da educação especial, visando garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Quadro 3 – Habilitação, escolaridade e formação especializada para educação especial na Rede Estadual - MG

QUADRO 4.2. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB) – para atuar em ESCOLA ESPECIAL e em escolas que mantêm parceria com a SEE/MG, como REGENTE DE TURMA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor Eventual, Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca-Mediador de Leitura, Oficina Pedagógica e Projetos autorizados pela SEE/MG.

O candidato deverá comprovar habilitação/escolaridade exigida no QUADRO 4.1, acrescida da seguinte formação especializada:		
CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO		
FORMAÇÃO ESPECIALIZADA		COMPROVANTE
1º	- Licenciatura Plena em Educação Especial ou	Diploma registrado ou declaração/certidão de conclusão acrescida de histórico escolar
	- Pós-graduação em Educação Especial ou Educação Inclusiva	Certificado de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>
2º	- Pós-graduação em Psicopedagogia ou	Certificado de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>
	- Curso(s) de aperfeiçoamento ou atualização, perfazendo um total de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas nas áreas de deficiência intelectual ou deficiência intelectual associada à outra deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, oferecido por instituição de ensino credenciada	Certificado(s) de curso(s) de aperfeiçoamento ou atualização

Fonte: Educação-MG, 2023

Nas escolas federais, como as instituições de ensino técnico e universidades federais, o apoio à inclusão de estudantes com TEA pode ocorrer por meio de programas de acessibilidade e inclusão, adaptando materiais didáticos e promovendo ambientes de aprendizagem acessíveis a todos os estudantes.

A Escola de Educação Básica (ESEBA) é uma importante instituição de ensino vinculada à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que tem como missão fornecer Educação Básica para crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Além disso, a ESEBA também serve como um campo privilegiado para estágios práticos dos estudantes universitários matriculados nos cursos de licenciatura oferecidos pela universidade.

Como uma Unidade Especial de Ensino da UFU, a ESEBA desempenha um papel significativo na formação de professores e na promoção da educação de qualidade na região de Uberlândia. Ao oferecer um ambiente educacional rico e diversificado, a escola contribui para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos futuros educadores, proporcionando oportunidades de aprendizado prático e reflexivo. Dentro desse panorama quem exerce a função de apoiar na escola o atendimento aos estudantes TEA são estagiários e profissionais contratados por meio de uma empresa terceirizada, vale ressaltar que tais informações não

constam no PPP ou regimento da escola, apenas obtido de forma informal, mas que podemos comprovar por meio de ação judicial que não há o cumprimento da lei federal.

A manchete abaixo revela a situação da escola em que é denunciada a situação Justiça Federal que determinou que a Universidade Federal de Uberlândia forneça, em 30 dias, profissionais de Apoio Escolar e da área de saúde com formação adequada para atender quatro estudantes com deficiência matriculados na ESEBA, que requerem cuidados específicos de forma individualizada. Assim a matéria – Figura 3 - destaca que a ESEBA/UFU admitiu ao MPF que não cumpre as diretrizes do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13146/2015) e não possui em seu corpo docente um cargo de professor de apoio qualificado. Em vez disso, a escola depende de terceirizados para acompanhar estudantes com necessidades específicas, os quais não possuem formação adequada para desenvolver o trabalho pedagógico com estudantes da educação especial.

Figura 3 – Matéria sobre ação judicial sobre a contratação de profissionais de apoio na ESEBA



Fonte: Diário de Uberlândia (2023).

De acordo com a publicação são feitos questionamento sobre o acesso à informação sobre o público de alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Escola de Educação Básica (ESEBA) - Pedido 23546098838202368 de 03/11/2023 tendo como órgão destinatário a UFU – Universidade Federal de Uberlândia disponível em <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetalhePedido?id=6494325>. As perguntas podem ser consultas no ANEXO 2, mas elas visam esclarecer dúvidas, sobre Política de Acesso e Reserva de Vagas; Etapas da Educação Básica Atendidas; Organização do Atendimento aos Alunos com NEE; Normativas Internas e Resoluções; Profissionais Especializados; Comissão ou Coordenação Específica; Identificação e Avaliação das Necessidades; Sala de Recursos de Atendimento Educacional Especializado (AEE); Apoio em Sala de Aula.

Essas perguntas abordam diversos aspectos relacionados à política de acesso, atendimento e inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na Escola de Educação Básica (ESEBA). Ao analisar o propósito por trás de cada pergunta utilizamos as

respostas fornecidas presente no ANEXO 3: Política de Acesso e Reserva de Vagas: Busca entender se a ESEBA adota medidas específicas para garantir o acesso e a inclusão de alunos com NEE, como reservas de vagas ou cotas.

Sobre o Atendimento nas Etapas da Educação Básica: Questiona quais etapas da educação básica são atendidas na ESEBA, indicando a preocupação com a inclusão desde os primeiros anos escolares até o ensino médio. Organização do Atendimento aos Alunos com NEE: Visa compreender como a ESEBA organiza e estrutura o atendimento aos alunos com diferentes tipos de NEE, incluindo transtornos globais do desenvolvimento, deficiências e altas habilidades/superdotação. Normativas e Regulamentações: Investigação sobre a existência de normativas internas ou resoluções que regulam o atendimento aos alunos com NEE na ESEBA, demonstrando a importância da institucionalização de políticas inclusivas. Profissionais Especializados: Questiona se a ESEBA dispõe de profissionais especializados para atender os alunos com NEE e quais são suas especialidades, destacando a importância da qualificação dos profissionais para o atendimento adequado. Coordenação Específica: Indaga sobre a existência de uma comissão ou coordenação específica responsável por cuidar dos assuntos relacionados aos alunos com NEE, apontando a necessidade de uma abordagem coordenada e dedicada à inclusão. Identificação e Avaliação das Necessidades Individuais: Explora como a ESEBA realiza a identificação e avaliação das necessidades individuais dos alunos com NEE, visando garantir um atendimento personalizado e eficaz.

Projeto de Ensino Individualizado/Plano do AEE: Verifica se a ESEBA oferece um Projeto de Ensino Individualizado ou Plano do Atendimento Educacional Especializado (AEE), fundamentais para orientar o atendimento aos alunos com NEE. Sala de Recursos de AEE/Sala de Recursos Multifuncionais: Investiga se a escola oferece uma sala de recursos de AEE, conforme preconiza a legislação, e como os alunos podem acessá-la, garantindo o acesso a recursos e apoio especializado. Apoio em Sala de Aula: Finalmente, questiona se os alunos com NEE recebem apoio em sala de aula por meio de professores de apoio e como funciona esse suporte, destacando a importância do apoio dentro do ambiente de aprendizagem regular. Essas perguntas são essenciais para avaliar a eficácia das políticas de inclusão e o atendimento aos alunos com NEE na ESEBA, garantindo que suas necessidades educacionais sejam atendidas de forma adequada e inclusiva. A análise das respostas fornecidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Escola de Educação Básica (ESEBA) revela algumas informações importantes sobre a política de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na instituição. Vamos examinar cada questão: Política de Acesso e Reserva de Vagas: A ESEBA realiza processos seletivos anuais por meio de sorteio público, com cotas reservadas

para atender alunos com deficiência, pretos, pardos, indígenas e de perfil socioeconômico. Atendimento nas Etapas da Educação Básica: A escola atende desde o 1.º período da Educação Infantil até o Ensino Fundamental (1.º a 9.º ano), garantindo a inclusão em todas as etapas. Organização do Atendimento aos Alunos com NEE: Os alunos são matriculados no ensino regular e recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, individualizado ou em grupo.

Normativas e Regulamentações: As normativas sobre Educação Especial estão presentes no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Interno da escola. Profissionais Especializados e Coordenação Específica: A equipe conta com docentes com formação em Pedagogia e especialização em Educação Especial, além de técnicos administrativos. Não há menção a uma coordenação específica. Identificação e Avaliação das Necessidades Individuais: A avaliação é realizada pela equipe de Educação Especial, com elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para cada aluno. Oferta de Sala de Recursos de AEE/Sala de Recursos Multifuncionais: A ESEBA oferece uma Sala de Recursos Multifuncionais com recursos de acessibilidade e apoio técnico das professoras de Educação Especial. Apoio em Sala de Aula: A escola ainda não possui o cargo de Profissional de Apoio Escolar, mas está em processo de buscar alternativas para suprir essa demanda.

No geral, as respostas indicam um esforço para promover a inclusão de alunos com NEE na ESEBA, com a disponibilização de recursos, formação especializada e políticas de reserva de vagas. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a falta de um Profissional de Apoio Escolar e a necessidade de ampliação do quadro de docentes especializados. O compromisso com a inclusão parece ser evidente, mas é importante continuar trabalhando para garantir o pleno acesso e desenvolvimento educacional desses alunos.

Já nas escolas particulares, o trabalho do Profissional de Apoio Escolar pode variar dependendo das políticas e práticas adotadas por cada instituição. Algumas escolas particulares podem investir em recursos e programas de apoio específicos para estudantes com TEA, enquanto outras podem enfrentar desafios adicionais devido às limitações de recursos ou falta de capacitação adequada. Vale ressaltar que tais instituições são inspecionadas pela SRE de Uberlândia e assim deveriam seguir a mesma perspectiva da rede estadual de ensino.

Em todos os casos, o trabalho do Profissional de Apoio Escolar é essencial para identificar as necessidades individuais dos estudantes com TEA, desenvolver estratégias de apoio personalizadas e promover um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos os estudantes. O apoio e a colaboração entre professores, equipes multidisciplinares, famílias e

comunidade são fundamentais para garantir o sucesso da inclusão escolar de estudantes com TEA em Uberlândia.

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Uberlândia (MG), apresenta desafios significativos que precisam ser superados para garantir o pleno acesso e participação desses estudantes no ambiente educacional. Este estudo buscou identificar e analisar essas barreiras, bem como propor estratégias para superá-las, a fim de promover uma inclusão mais efetiva e abrangente.

Ao analisar a realidade da inclusão escolar de estudantes com TEA em Uberlândia, fica evidente que a identificação e superação dos desafios enfrentados por esses estudantes são essenciais para garantir seu direito à educação de qualidade. Por meio de uma análise abrangente das principais barreiras e dificuldades encontradas, podemos desenvolver abordagens mais eficazes e personalizadas para promover a inclusão desses estudantes nas escolas da região.

Neste contexto, o papel do Profissional de Apoio Escolar é fundamental. Nas escolas estaduais, municipais, federais e particulares de Uberlândia, esses profissionais desempenham um papel crucial na promoção da inclusão escolar de estudantes com TEA. Através de programas e recursos específicos, eles auxiliam no desenvolvimento de estratégias de apoio personalizadas e na criação de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor.

No entanto, é importante ressaltar que o cumprimento das leis e diretrizes relacionadas à inclusão escolar de estudantes com TEA nem sempre é garantido. Algumas escolas podem enfrentar desafios na implementação de práticas inclusivas devido às limitações de recursos ou falta de capacitação adequada. Além disso, questões burocráticas e jurídicas também podem impactar a eficácia das políticas de inclusão escolar.

Diante desses desafios, é fundamental promover o diálogo e a colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional, incluindo professores, equipes multidisciplinares, famílias e comunidade. Somente através de um esforço conjunto e comprometido será possível superar as barreiras existentes e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, incluindo aqueles com TEA, em Uberlândia.

4 SUPERANDO BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA: ESTRATÉGIAS PERSONALIZADAS PARA O PROFISSIONAL DE APOIO

Os primeiros estudos registrados acerca das pessoas com Transtorno do Espectro Autista foram realizados no século XX por pesquisadores como Leo Kanner e Hans Asperger (Dovan e Zucker, 2016). Desde então, a compreensão do TEA progrediu significativamente, abrangendo uma variedade de disciplinas e levando ao desenvolvimento de estratégias de intervenção e apoio para pessoas com TEA.

No ano de 1943 o psiquiatra estadunidense Leo Kanner em pesquisa no hospital Johns Hopkins, descreveu o autismo clássico, onde seus estudos envolveram onze crianças, entre elas, oito meninas e três meninos. Em sua observação constatou que as principais características do autismo podiam ser identificadas nos primeiros anos de vida e se tratavam da dificuldade de se relacionar e de estabelecer vínculo com as demais pessoas e também com os objetos (Kanner, 1943).

De acordo com Mello são elencadas as três principais características do autismo, sendo explicitadas como:

- Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal.
- Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações.
- Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplo: comportamentos obsessivos e ritualísticos. (Mello, 2004, p.114-115)

Ressalta-se a existência de diversos níveis em que se enquadram as crianças que são diagnosticadas dentro do espectro autista como bem destaca a Associação Americana de Psiquiatria, em que afirma que:

Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (Associação Americana de Psiquiatria, 2014, p. 53)

Entendendo o vasto campo a ser desbravado pelos profissionais envolvidos em amenizar e promover a inclusão destes indivíduos, nos deparamos com o cenário apontado por Gatti (2010, p.1360), afirmando que “não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação”. Desta forma, estudar e debucar sobre esse mundo é papel fundamental para que o trabalho do Profissional de Apoio

Escolar seja realmente relevante no contexto escolar proporcionando menores impactos fora deste, com o atendimento específico aos estudantes dentro do Transtorno do Espectro Autista.

Sendo assim, é de fundamental importância entender que "Cada cérebro é único, como uma impressão digital. Isso significa que cada criança tem um jeito próprio de aprender, um ritmo de desenvolvimento próprio e habilidades únicas a serem exploradas." (Brites e Brites, 2018, p. 17). Da mesma forma é preciso profissionais bem formados e qualificados para um atendimento individualizado e humanizado, mas infelizmente como bem destaca Saviani (2009) ao analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação onde fica claro o descaso do MEC sobre a necessidade de investimento na valorização e também na remuneração adequada.

O contexto da educação escolar e principalmente os profissionais e ao envolvimento deste com toda a comunidade escolar podem promover um grande diferencial na vida dos estudantes com TEA, pois como bem destaca "só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada" (Saviani, 1999, p. 87).

Nesta perspectiva é de suma importância o estudo acerca das temáticas da educação de modo geral, bem como do estudo sobre o Atendimento Educacional Especializado e o papel do profissional de educação voltado a apoiar os estudantes dentro do TEA.

Diante do exposto, fica evidente que a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades para o desenvolvimento de estratégias personalizadas que possam superar tais barreiras.

Desde os primeiros estudos realizados por pesquisadores como Leo Kanner e Hans Asperger, até as conceituações mais recentes sobre o TEA, a compreensão desse transtorno tem evoluído de maneira significativa. Entender as diferentes manifestações do TEA e suas características específicas é fundamental para oferecer um suporte eficaz aos estudantes afetados por esse transtorno.

Nesse sentido, os profissionais de Apoio Escolar desempenham um papel crucial, oferecendo auxílio personalizado e adaptado às necessidades individuais de cada estudante com TEA. Compreender a singularidade de cada estudante e desenvolver estratégias adequadas para apoiar seu processo de aprendizagem é essencial para promover sua inclusão e sucesso escolar.

No entanto, o trabalho dos profissionais de Apoio Escolar só pode ser eficaz se houver investimento em formação e capacitação adequadas, bem como valorização profissional e condições de trabalho adequadas. É preciso reconhecer a importância desse trabalho e fornecer

os recursos necessários para que os profissionais possam desempenhar seu papel de maneira eficaz.

Além disso, a colaboração e o envolvimento de toda a comunidade escolar são fundamentais para garantir o sucesso da inclusão de estudantes com TEA. Somente através de uma abordagem colaborativa e inclusiva, que reconheça a diversidade e promova o respeito às diferenças, será possível superar as barreiras e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Portanto, ao desenvolver estratégias personalizadas e investir na formação e valorização dos profissionais de Apoio Escolar, podemos criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde todos os estudantes, incluindo aqueles com TEA, possam alcançar seu pleno potencial e participar ativamente do processo educacional.

4.1 - Explorando as Reflexões a Partir das Análises de trabalhos realizados

Ao realizar uma revisão do estado da questão, pretende-se identificar e analisar as principais contribuições acadêmicas e científicas existentes sobre a temática envolvendo o PAE e o atendimento de estudantes TEA. Isso envolve revisar artigos, livros, teses, dissertações, conferências e outros tipos de publicações acadêmicas relevantes.

A revisão do estado da questão é fundamental em um projeto de pesquisa, pois permite que os pesquisadores compreendam o contexto em que sua pesquisa está inserida, identifiquem lacunas no conhecimento existente e justifiquem a relevância e originalidade de seu próprio trabalho. Desta forma foi possível identificar que não há nos principais repositórios de Uberlândia pesquisas específicas da temática sobre o cenário da cidade.

Esta seção é específica para discutir o estado da questão, apresentando uma síntese das principais descobertas e debates recentes no campo de estudo em questão. Nesta seção foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sendo que esta foi escolhida por ser uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) de grande importância, responsável por avaliar os programas de mestrado e doutorado no país. o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES desempenha um papel fundamental na promoção da produção acadêmica brasileira, na disseminação do conhecimento científico e no apoio à pesquisa e à avaliação da pós-graduação no país e pesquisa especificamente no contexto das universidades de Uberlândia em busca de analisar o cenário municipal no campo de produção

acadêmica sobre a temática não sendo possível identificar nenhum trabalho que tratasse especificamente do cenário quantitativo dos autista em Uberlândia e sobre o PAE, apenas sobre o trabalho realizado com esse público de maneira focal.

Sendo assim foi feita a revisão bibliográfica foi conduzida no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. A escolha desta plataforma se justifica pela relevância da CAPES, uma fundação ligada ao Ministério da Educação (MEC), encarregada da avaliação dos programas de mestrado e doutorado no Brasil. Considerando as palavras de busca “Apoio Escolar”, “acompanhamento escolar”, “TEA” e “autismo” foram reportadas pela plataforma 28 trabalhos. Restringimos a busca para área da educação e especificamos a busca por trabalhos mais recentes entre 2019 a 2022 e assim elencamos 8 trabalhos, conforme apresentado no quadro 4.

QUADRO 4 - Descrição das pesquisas analisadas

	TÍTULO	AUTORIA/ANO	TIPO	INSTITUIÇÃO
1	O acompanhamento individual de uma criança autista em seu processo de escolarização	Rosa Maria Ribeiro de Moraes/ 2022	Dissertação	Universidade Federal de Goiás
2	As medidas de apoio para as pessoas com transtorno do espectro autista nas escolas públicas na cidade de São Paulo: análise a partir do direito e da educação brasileira e portuguesa comparados	Renata Flores Tibyriçá/ 2019	Tese	Universidade Presbiteriana Mackenzie
3	Transtorno do espectro autista: atuação do professor de apoio pedagógico no ensino fundamental	Vanessa Fernandez Prause/ 2020	Dissertação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
4	O profissional de apoio no processo de escolarização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA)	Christiane Ferreira Duarte/2019	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
5	Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino	Luiza Pinheiro Leao Vicari/2019	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais
6	Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular	Luciane Clementino Pereira Aguillar/2019	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados
7	O autismo e a educação inclusiva	Aurea E Om Spricigo Siqueira/2020	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
8	Atuação do mediador escolar com crianças autistas no contexto educativo: construindo um e-book com orientações sobre práticas pedagógicas inclusivas para crianças com TEA.	Carla Delise Alves Paranhos Klem/2020	Dissertação	Universidade Federal Fluminense

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O primeiro trabalho analisado foi de Rosa Maria Ribeiro de Moraes nele sendo que este é resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica

da Universidade Federal de Goiás (UFG), com o propósito de discutir a importância da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A autora se inspirou em sua experiência como professora de apoio de uma criança autista para investigar a vantagem da frequência dessas crianças em escolas regulares.

Defende-se que a inclusão escolar pode ser importante para crianças autistas devido ao valor simbólico que a escola representa no contexto social. No entanto, em alguns casos, um acompanhamento individualizado dentro do mesmo ambiente escolar pode contribuir para a permanência da criança autista na sala de aula regular.

Utilizando uma abordagem qualitativa, foi realizado um estudo de caso com um estudante de dez anos com diagnóstico de TEA. Para embasar teoricamente as discussões, foram utilizados trabalhos de autores como Maria Teresa Egler Mantoan e Maria Cristina Kupfer, esta última abordando o tema sob uma perspectiva psicanalítica, além das leis que regem a inclusão escolar no Brasil.

Como produto educacional, visa facilitar o acesso a informações sobre neurodiversidade de forma descontraída, especialmente para aqueles sem tempo para estudos aprofundados. Ele busca desenvolver práticas pedagógicas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo sugestões e dicas em diferentes níveis de complexidade, além de orientar sobre como agir com respaldo jurídico e pedagógico em situações escolares.

Posteriormente analisamos o trabalho realizado por Renata Flores Tibyriçá, sua pesquisa em questão tem como objetivo geral descrever e analisar comparativamente a política de inclusão escolar para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em diferentes instâncias de governo no Brasil (federal, estadual e municipal) e em Portugal. O estudo adota uma abordagem qualitativa mista, dividida em três partes distintas.

Na primeira parte, é realizada uma coleta de dados de documentos legislativos referentes às medidas de apoio e procedimentos para sua concessão nas escolas públicas, tanto no Brasil quanto em Portugal. Esses dados são analisados para identificar semelhanças e diferenças, sendo representados por fluxogramas e tabelas comparativas.

Na segunda parte, é elaborado um roteiro de entrevista estruturada para ser aplicado a gestores educacionais em São Paulo, a fim de identificar as medidas de apoio disponíveis e o procedimento para sua concessão nas escolas públicas da cidade.

Na terceira parte, são identificadas escolas públicas em uma região específica de São Paulo, e os dados contidos nos ofícios enviados às secretarias de educação estadual e municipal, bem como as respostas ao roteiro de entrevista, são analisados. Essa análise complementa a compreensão dos textos legais.

Os resultados indicam diferenças entre a legislação brasileira e portuguesa, sendo esta última mais detalhada e com diretrizes mais específicas para a concessão de medidas de apoio à aprendizagem e inclusão. Além disso, os dados obtidos dos ofícios e entrevistas destacam a falta de diretrizes claras na legislação brasileira, o que pode levar à judicialização das questões relacionadas às medidas de apoio.

Assim o conhecimento das dificuldades enfrentadas e das legislações de outros países pode contribuir para efetivar o direito à educação dos estudantes com deficiência, especialmente aqueles com TEA, e para superar as barreiras existentes no sistema educacional brasileiro.

Já Vanessa Fernandez Prause aponta que a sua pesquisa teve como objetivo compreender como o Professor de Apoio Pedagógico (PAP) organiza o ensino para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de Cascavel, Paraná, à luz da legislação vigente. O estudo, fundamentado na Teoria Histórico-Cultural e conduzido de forma qualitativa, envolveu análise bibliográfica e pesquisa de campo.

Os dados foram coletados em 2018 em escolas municipais selecionadas em cada região da cidade, onde havia maior concentração de estudantes com TEA e atendimento de PAP. Participaram da pesquisa 12 estudantes com TEA, 15 PAPs e um Coordenador Pedagógico Municipal.

Os resultados indicaram que todos os casos envolveram adaptação de conteúdos e avaliação, e que todos os PAPs utilizaram recursos pedagógicos, reconhecendo sua importância. No entanto, apenas 47% dos PAPs haviam participado de formação continuada específica para o TEA.

Um aspecto destacado foi a dificuldade de expressão dos PAPs ao descreverem seu próprio trabalho, com 73% deles apresentando linguagem truncada e pouco fluente, mesmo tendo experiência como professores do ensino regular. A maioria dos PAPs (60%) tinha menos de um ano de experiência nessa função.

A conclusão aponta para a necessidade de os PAPs se distanciarem da prática docente tradicional para se adaptarem a uma nova forma de ensino, baseada na compreensão da Teoria Histórico-Cultural sobre como os estudantes aprendem. Além disso, ressalta-se a importância de oferecer condições adequadas para que os PAPs organizem o ensino, incluindo formação continuada, acesso antecipado aos conteúdos, disponibilidade de recursos pedagógicos e diálogo com os professores regentes. Também é destacado que o desenvolvimento dos estudantes com TEA não deve ser responsabilidade exclusiva do PAP, mas sim uma

responsabilidade compartilhada pela equipe escolar e pela rede pedagógica municipal como um todo.

No trabalho de Christiane Ferreira Duarte defendido em 2019 ela aborda o desafio enfrentado pela escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Destaca-se que a alta taxa de evasão escolar nesse nível de ensino, juntamente com a falta de condições adequadas, tanto estruturais quanto de formação para os professores, contribui para esse fenômeno.

Diante dessa demanda, surgem os profissionais de apoio, também conhecidos como mediadores, monitores, assistentes educacionais, entre outros termos. Esses profissionais desempenham um papel fundamental na Educação Especial, sendo utilizados como recursos humanos nas escolas regulares. O objetivo do estudo mencionado é descrever e analisar o perfil acadêmico e a atuação de três Profissionais de Apoio responsáveis pelos estudantes com TEA nos anos finais do Ensino Fundamental, por meio de um estudo de casos múltiplos.

Os resultados do estudo revelam que os profissionais de apoio eram estagiários, com conhecimento limitado sobre o TEA. Além disso, suas atribuições não estavam bem definidas, e sua atuação interferia no processo de escolarização dos estudantes com TEA. Esses profissionais tinham dificuldades em lidar com as características específicas dos educandos com TEA e careciam de necessidades formativas para melhor desempenho em seu papel.

Portanto, o texto evidencia a importância dos profissionais de apoio na inclusão escolar de estudantes com TEA, mas ressalta a necessidade de investimento em formação adequada e definição clara de suas atribuições para que possam contribuir efetivamente para o processo de escolarização desses estudantes.

Luiza Pinheiro Leao Vicari em sua dissertação que leva o título de “Escarolarização de estudantes com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino” ela examina as práticas educativas para dois estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola em Belo Horizonte, Minas Gerais. O TEA impacta o desenvolvimento, afetando a comunicação e o comportamento.

O aumento nas matrículas de estudantes com TEA levanta questões sobre a inclusão. A legislação brasileira, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), busca garantir direitos educacionais. Profissionais, como o Auxiliar de Apoio à Inclusão (AAI) e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), desempenham papéis cruciais como mediadores.

A pesquisa qualitativa, usando observação e entrevistas, revela avanços, mas também inseguranças e dúvidas entre os profissionais. Apesar dos estudantes estarem na sala de aula,

atividades específicas para suas necessidades são limitadas, e as interações com auxiliares variam. Apenas duas das seis professoras demonstraram práticas inclusivas durante a pesquisa.

Na pesquisa de Luciane Clementino Pereira Aguillar que tem como enfoque a “Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular”. O estudo em questão é uma pesquisa qualitativa que se insere na linha de Educação e Diversidade, buscando compreender os suportes teórico-metodológicos oferecidos nos cursos de formação inicial em Pedagogia, com o intuito de subsidiar o futuro professor como profissional de apoio educacional. O embasamento teórico se apoia em autores como Tardif para compreender os diferentes saberes presentes na formação docente e em Norbert Elias para considerar a constituição do indivíduo a partir das relações sociais.

Utilizando os Projetos Pedagógicos de cinco Universidades Federais da região Centro-Oeste como material empírico, os dados foram organizados em quatro categorias: objetivos do curso, disciplinas e ementas, perfil do egresso e carga horária do curso. A análise revelou uma lacuna na compreensão da inseparabilidade entre sociedade e indivíduo nos projetos pedagógicos, o que resulta em propostas dicotômicas que ora enfocam a sociedade, ora o indivíduo.

Além disso, observou-se uma escassez de abordagens sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos projetos analisados, o que pode comprometer a formação do futuro professor, especialmente aqueles que atuarão como profissionais de apoio educacional. Isso pode ser atribuído a incompreensões ou a um "vazio legal", já que diferentes documentos oficiais não oferecem uma definição única e consistente do TEA, dificultando a orientação de políticas educacionais e dos cursos de formação inicial.

Já Aurea E Om Spricigo Siqueira traz na sua dissertação “O autismo e a educação inclusiva” ela aborda o autismo e a educação inclusiva, investigando a compreensão dessa condição por meio de características multidisciplinares, tratamentos, critérios diagnósticos e incidência. A educação inclusiva é explorada através das políticas públicas educacionais para pessoas com autismo, analisando a legislação desde a Constituição de 1988 até 2017.

O objetivo é examinar as concepções do autismo na perspectiva da educação inclusiva nas políticas públicas e na produção científica. Foram identificados documentos relevantes e mapeadas políticas públicas educacionais para autistas no Brasil, além de revisão da produção científica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT. A pesquisa adotou metodologia qualitativa com análise documental e de conteúdo. Observou-se falta de consenso sobre o conceito de inclusão no contexto do autismo.

As políticas públicas parecem desconectadas das práticas docentes, e os programas de pós-graduação mostram-se dissociados das políticas vigentes, dificultando a efetiva inclusão escolar de indivíduos autistas. O estudo sugere a necessidade de grupos de pesquisa nas universidades para acompanhar estudantes autistas e fortalecer o diálogo entre pesquisadores.

No trabalho de Carla Delise Alves Paranhos, que traz como título a “Atuação do mediador escolar com crianças autistas no contexto educativo: construindo um e-book com orientações sobre práticas pedagógicas inclusivas para crianças com TEA.” O texto aborda a importância da mediação escolar para crianças autistas no ensino fundamental I, visando a inclusão e uma aprendizagem significativa. Destaca a necessidade de conhecimento em educação inclusiva, especialmente no autismo, para melhor atuação do profissional.

Aponta a legislação federal como base para essa atuação e descreve a elaboração de um E-book com orientações pedagógicas inclusivas. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, observação da criança e intervenções pedagógicas. O objetivo é descrever a importância do mediador no contexto educativo para crianças com TEA, buscando proporcionar significado em suas vidas. Baseado em experiências pessoais com uma criança autista, destaca-se a relevância do apoio familiar. O período de mediação ocorreu entre março de 2018 e agosto de 2019.

Desta forma a análise dos trabalhos mais recentes acerca da temática nos apresenta as descobertas coletivas e destacam a natureza multifacetada do apoio a indivíduos com TEA na educação regular. Elas autoras dos trabalhos chamam a atenção para nuances legislativas, necessidades de desenvolvimento profissional e a importância de esforços colaborativos entre educadores, profissionais de apoio e famílias para criar ambientes de aprendizado verdadeiramente inclusivos.

4.2 - O mundo do trabalho para os Profissionais de Apoio Escolar

A atuação dos Profissionais de Apoio Escolar no mundo do trabalho está intimamente ligada ao contexto educacional e às demandas específicas de cada instituição de ensino. Esses profissionais desempenham um papel fundamental no suporte e na promoção da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Antes de adentrar o campo de trabalho em que estes profissionais estão incluídos se faz necessário entender o local em que trabalho, pois Uberlândia é uma cidade localizada no estado

de Minas Gerais, no Brasil. É a segunda maior cidade do estado, atrás apenas da capital, Belo Horizonte, e possui uma população de aproximadamente 700 mil habitantes. Uberlândia é um importante polo econômico, educacional e logístico na região do Triângulo Mineiro. Com uma economia diversificada, com destaque para os setores de agronegócio, indústria, comércio e serviços. A cidade é um importante centro de distribuição, beneficiada por sua localização estratégica e infraestrutura de transporte, incluindo rodovias, ferrovias e um aeroporto. No que diz respeito a educação e pesquisa ela é sede de importantes instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que atrai estudantes de diversas partes do Brasil. Além disso a cidade conta com uma infraestrutura moderna, bons índices de qualidade de vida, serviços de saúde e educação bem desenvolvidos e um mercado imobiliário em crescimento.

As condições de trabalho em Uberlândia podem variar bastante dependendo do setor e da qualificação profissional. Em geral o setor agrícola é um dos principais motores da economia local, oferecendo muitas oportunidades de emprego, especialmente nas áreas rurais. No entanto, as condições de trabalho podem ser árduas, com longas jornadas e trabalho físico intenso. A cidade possui um parque industrial diversificado e um comércio ativo. Trabalhadores nesses setores geralmente encontram condições de trabalho mais estáveis e regulamentadas, embora possam existir variações conforme o porte da empresa e a função desempenhada. Uberlândia vem se destacando como um hub de tecnologia e inovação, atraindo startups e empresas de TI. Nesses setores, as condições de trabalho tendem a ser mais modernas, com benefícios adicionais como flexibilidade de horário e ambientes de trabalho mais dinâmicos. Como em muitas outras cidades brasileiras, a informalidade e o desemprego também são questões presentes em Uberlândia. Trabalhadores informais podem enfrentar condições de trabalho precárias, sem acesso a direitos trabalhistas básicos.

Uberlândia foi, na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, a cidade mais maleável à expansão de um meio técnico-científico-informacional, caracterizado pela presença de objetos técnicos, isto é, pelo aumento funcional e estrutural dos fixos artificiais associados, particularmente, às infra-estruturas econômicas, dentre elas, transporte, comunicação e energia. (Bessa, 2004, p. 59)

E é nesse cenário que encontramos os profissionais da educação em Uberlândia, como em muitas cidades brasileiras, enfrentam uma série de desafios e oportunidades. A cidade, sendo um polo educacional importante na região do Triângulo Mineiro, possui diversas instituições de ensino que vão desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Os professores das escolas públicas de Uberlândia geralmente enfrentam desafios como salas de aula superlotadas, recursos limitados e questões de segurança. No entanto, também possuem

estabilidade no emprego e benefícios garantidos por lei, como o Plano de Carreira e remuneração definida pelo piso salarial nacional. A maioria dos professores é bem qualificada, com formação em cursos de licenciatura e pedagogia. Há também programas de capacitação contínua promovidos pela Secretaria de Educação Municipal e Estadual. Nas escolas privadas, as condições de trabalho podem ser melhores em termos de infraestrutura e recursos disponíveis. No entanto, as exigências podem ser maiores, com foco em resultados e metas de desempenho. Os salários variam conforme a instituição, com algumas escolas de alto padrão oferecendo remuneração mais competitiva e benefícios adicionais.

Apesar da importância do papel dos educadores, muitos profissionais ainda lutam por melhor reconhecimento e valorização, tanto financeira quanto social. Os profissionais da área da educação muitas vezes enfrentam cargas de trabalho elevadas, com múltiplas turmas e responsabilidades administrativas que podem levar ao desgaste profissional.

A necessidade de formação continuada é um desafio constante, exigindo tempo e recursos para que os profissionais se mantenham atualizados com as novas metodologias e tecnologias educacionais. Existem diversas oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional em Uberlândia, tanto através de programas governamentais quanto de iniciativas privadas e da própria UFU. A cidade, sendo um polo de inovação, oferece oportunidades para educadores se envolverem em projetos tecnológicos e inovadores, especialmente na área de educação a distância (EaD) e metodologias ativas de ensino.

O mercado educacional de Uberlândia é diversificado, oferecendo oportunidades em várias modalidades de ensino, desde a educação infantil até a pós-graduação. Os profissionais da educação em Uberlândia têm um papel crucial no desenvolvimento da cidade como um centro educacional de referência. Apesar dos desafios, há um ambiente de trabalho que valoriza a qualificação e o desenvolvimento contínuo, com oportunidades significativas em diferentes níveis e tipos de instituições de ensino. A cidade oferece um cenário dinâmico, com potencial para crescimento e inovação na área educacional.

No ambiente escolar, os profissionais de Apoio Escolar auxiliam os estudantes com TEA em diversas atividades, como alimentação, higiene, locomoção, organização do material escolar e participação nas atividades educacionais. Eles trabalham em estreita colaboração com os professores e equipes multidisciplinares para desenvolver estratégias personalizadas de apoio, visando atender às necessidades individuais de cada estudante.

Os profissionais de apoio da educação especial desempenham um papel crucial nas escolas de Uberlândia, oferecendo suporte especializado para alunos com necessidades educativas especiais e aqui analisamos os estudantes TEA e suas comorbidades. Suas

atribuições são variadas e voltadas para a promoção da inclusão, acessibilidade e desenvolvimento pleno dos estudantes.

Dentre as funções que estes profissionais desempenham vão desde de auxiliar na adaptação e desenvolvimento de atividades pedagógicas conforme as necessidades específicas de cada aluno, colaborar com os professores na elaboração e execução de planos de ensino individualizados, ajudar os alunos nas atividades diárias e rotinas escolares, como locomoção, alimentação, higiene pessoal e uso de materiais escolares, mas também são responsáveis por incentivar a autonomia dos alunos, promovendo a independência sempre que possível, também mediam afim de facilitar a integração dos alunos TEA nas atividades escolares, promovendo a interação com colegas e professores, mediando também conflitos e para a promoção de um ambiente inclusivo e respeitoso.

A oferta de suporte emocional aos alunos se faz importante ajudando assim o estudante a lidar com frustrações, ansiedades e outros desafios emocionais. Também são responsáveis por implementar estratégias para o manejo comportamental, seguindo orientações de especialistas e planos individualizados de forma a trabalharem em conjunto com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais de saúde para implementar intervenções e estratégias de apoio. Participam da adaptação materiais didáticos e recursos pedagógicos para torná-los acessíveis, utilizando tecnologias assistivas e outras ferramentas.

Manter registros detalhados do progresso dos alunos, incluindo observações diárias, relatórios de desempenho, PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) e registros de comportamento. Contribuir para a avaliação contínua dos alunos, fornecendo feedback para professores e equipe de apoio. Participar de programas de formação continuada para se manter atualizado sobre as melhores práticas em educação especial. Contribuir para a sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão e respeito à diversidade. Poker (2012) nos traz uma definição do que seria o PDI, um instrumento de grande importância para o desenvolvimento de estratégias para auxiliar os estudantes TEA:

O PDI serve para registrar os dados da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelo professor na Sala de Recursos Multifuncional. É constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção (Poker et al., 2012, p.21).

Os profissionais de apoio da educação em Uberlândia desempenham funções essenciais que garantem a inclusão e o desenvolvimento pleno dos alunos com necessidades especiais. Seu trabalho é caracterizado pela colaboração constante com professores, alunos, famílias e outros profissionais, sempre focado em promover um ambiente escolar inclusivo, acessível e

acolhedor. Através de seu apoio especializado, eles ajudam a remover barreiras e a proporcionar uma educação de qualidade para todos os alunos.

Além disso, os profissionais de Apoio Escolar também podem desempenhar um papel importante na promoção da inclusão social e no combate à discriminação dentro do ambiente escolar. Eles ajudam a criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados.

Principalmente no atendimento específico de estudantes TEA, Freitas (2001) nos lembra que a eficácia do auxílio depende não apenas da presença de um interlocutor, mas da qualidade das estratégias e abordagens utilizadas. Em contextos de desenvolvimento atípico, onde as interações podem ser mais complexas, é necessário um maior investimento emocional e técnico do adulto para manejar as frustrações e resistências, promovendo assim um desenvolvimento mais harmonioso e eficaz. Esta perspectiva reforça a importância de uma abordagem cuidadosa, empática e adaptável no processo educacional e terapêutico.

[...] não basta existir um interlocutor disponível para auxiliar o sujeito em uma atividade que ele ainda não realiza autonomamente, é preciso avançar nesta ideia e considerar os tipos de auxílio e as estratégias utilizadas [...] nem sempre as relações intersubjetivas ocorrem com harmonia e, em casos com desenvolvimento atípico, há de se considerar um investimento maior do adulto no manejo das frustrações e resistências do sujeito (FREITAS, 2001, p.109).

A análise de Hypolito (1991), destaca a necessidade urgente de melhorias nas condições de trabalho dos profissionais da educação e na infraestrutura das escolas. Superar essas barreiras é crucial para oferecer uma educação de qualidade, promover a equidade social e assegurar o desenvolvimento pleno dos alunos. Investir na educação é investir no futuro do país, e isso passa necessariamente por garantir condições dignas para todos os profissionais da educação.

São recorrentes os diagnósticos mostrando as condições dessa escola e do trabalho nela realizado. O professorado dessa escola está submerso em condições precárias de trabalho e formação. As condições de trabalho, desde os aspectos físico-materiais às condições de salário e carreira, são degradantes. Prédios escolares caindo, sem manutenção, falta de material e recursos didáticos, retratam o cotidiano da escola. (HYPOLITO, 1991, p. 4)

Desde a publicação do trabalho de Hypolito, várias políticas e programas foram implementados para melhorar a educação pública no Brasil. Contudo, muitos dos problemas identificados ainda persistem em diversas regiões, incluindo algumas áreas de Uberlândia. Programas de manutenção e modernização das infraestruturas escolares, bem como iniciativas para a valorização e capacitação dos professores, são essenciais para superar esses desafios.

O mundo do trabalho para os profissionais de Apoio Escolar pode apresentar desafios, como a falta de reconhecimento profissional, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de

capacitação contínua onde são despendidos investimento financeiro ou de tempo na sua maioria não valorizados pelo empregador. É fundamental que esses profissionais recebam o apoio necessário das instituições de ensino e das autoridades educacionais para desempenhar suas funções de maneira eficaz e satisfatória.

Os profissionais de apoio em Uberlândia enfrentam diversas barreiras no exercício de suas funções. Essas barreiras podem ser estruturais, organizacionais, sociais e pessoais, afetando a eficácia do trabalho desses profissionais e, conseqüentemente, o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais. Como a falta de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e equipamentos especializados necessários para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Insuficiência de programas de formação contínua e especializada para os profissionais, dificultando a atualização sobre novas metodologias e práticas inclusivas.

Falta de apoio técnico contínuo e consultoria de especialistas para auxiliar na implementação de estratégias de ensino inclusivas. Muitas vezes são obrigados a enfrentar classes superlotadas e número elevado de alunos com diferentes necessidades especiais, dificultando o atendimento individualizado. Além do acúmulo de funções e responsabilidades, com profissionais tendo que lidar com tarefas administrativas além do apoio pedagógico. Por vez podem sofrer preconceitos e estigmas por parte de colegas, alunos e, às vezes, das próprias famílias, que podem dificultar a aceitação e inclusão dos alunos com deficiência, além de enfrentarem a falta de compreensão e conhecimento sobre as necessidades e potencialidades dos alunos com deficiência por parte da comunidade escolar e isso tudo dificulta a promoção de uma verdadeira inclusão social dentro da escola, onde alunos com necessidades especiais participem plenamente de todas as atividades escolares.

Também podemos destacar que há uma deficiência na formação inicial dos professores e profissionais de apoio, que muitas vezes não recebem preparação adequada para lidar com a diversidade de necessidades educacionais. E dentro desse cenário é inevitável o desgaste emocional devido ao estresse associado ao trabalho, sem o suporte psicológico necessário para lidar com essas demandas e assim tendo que lidar com a frustração provocada pela inadequação e baixa autoeficácia devido à falta de recursos e apoio, afetando a motivação e a qualidade do trabalho. Os desgastes podem impactar de diversas formas como bem ressalta Assunção e Oliveira:

O sofrimento no trabalho, associado ao adoecimento em estudos específicos, está sempre ligado a um conflito entre a vontade de bem fazer o seu trabalho, de acordo com as novas regras implícitas da profissão, e a pressão que os leva a certas regras para aumentar a sua produtividade. O processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de

comprometer a saúde desses trabalhadores, pôr em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola, na medida em que tais profissionais se encontram em constante situação de ter de eleger o que consideram central e o que pode ficar em segundo plano diante de um contexto de sobrecarga e hipersolicitação, cujas fontes estão nas infindáveis e crescentes demandas que lhes chegam dia após dia. (Assunção e Oliveira, 2009, p. 366-367)

A citação de Assunção e Oliveira (2009) revela um dilema central no contexto educacional atual: a tensão entre a dedicação dos professores em proporcionar um ensino de qualidade e as incessantes pressões para aumentar a produtividade. Resolver essa tensão é crucial não apenas para a saúde e bem-estar dos professores, mas também para assegurar que a educação cumpra seu papel fundamental na formação de indivíduos preparados e conscientes. Para isso, é necessário um esforço coordenado de políticas públicas, administração escolar e cultura institucional que priorize o bem-estar e a valorização dos profissionais da educação.

Os profissionais da educação especial em Uberlândia enfrentam uma série de barreiras que podem comprometer a qualidade do atendimento oferecido aos alunos com necessidades especiais. Superar essas barreiras requer um esforço conjunto de todos os envolvidos, incluindo políticas públicas eficazes, recursos adequados, capacitação contínua, e uma mudança cultural dentro das escolas para promover uma verdadeira inclusão. A sensibilização da comunidade escolar e o apoio técnico e emocional aos profissionais são essenciais para criar um ambiente educativo mais justo e acessível para todos.

Em resumo, os profissionais de Apoio Escolar desempenham um papel crucial no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção da inclusão e o sucesso educacional de estudantes com TEA e outras necessidades especiais. Seu trabalho é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e se sintam integrados e bem-sucedidos no ambiente escolar.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, apresenta-se o Produto Educacional proposto como um manual irreverente e leve para auxiliar na adaptação do autista, da família e do profissional de educação. Com informações, dicas e sugestões para serem trabalhadas dentro da escola por todos os envolvidos no processo educacional.

O Produto Educacional proposto neste trabalho intitulado “Manual prático de sobrevivência de um autista na escola – para profissionais da educação e famílias atípicas disponível na íntegra no Apêndice, assume um papel de extrema importância ao preencher uma lacuna crucial no campo da educação inclusiva. Ao oferecer um manual irreverente e leve, ele se destaca como uma ferramenta acessível e prática para todos os envolvidos no processo educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sua abordagem descontraída torna as informações sobre neurodiversidade mais acessíveis a pais, professores e profissionais da educação, mesmo àqueles que enfrentam restrições de tempo para aprofundar seus estudos nesse tema complexo.

O objetivo principal deste recurso é promover o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes, oferecendo uma variedade de informações, dicas e sugestões para serem aplicadas dentro do ambiente escolar. Ao fornecer orientações específicas para lidar com os desafios enfrentados por alunos com TEA, o manual visa capacitar os educadores a adaptar seu ensino de forma a atender às necessidades individuais desses estudantes.

Além disso, o Produto Educacional também aborda aspectos jurídicos e pedagógicos relevantes, fornecendo um respaldo tanto legal quanto educacional para os profissionais da área. Essa abordagem multifacetada não apenas fortalece a compreensão dos direitos e deveres envolvidos na educação de crianças com TEA, mas também oferece estratégias concretas para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Em última análise, o Produto Educacional representa não apenas um recurso prático e informativo, mas também um instrumento poderoso para a promoção da igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no contexto educacional. Ao capacitar os educadores e envolver ativamente as famílias, ele contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática, onde cada criança, independentemente de suas características individuais, possa alcançar seu pleno potencial educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos profissionais de Apoio Escolar é de suma importância para garantir que os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham acesso a uma educação de qualidade. É crucial reconhecer que a educação deve estar em sintonia com a realidade social dos alunos, buscando sua emancipação. A colaboração estreita entre escolas e profissionais de Apoio Escolar é essencial para criar um ambiente inclusivo e propício ao aprendizado.

Adotar uma abordagem dialógica na educação, que reconheça as diferentes formas de aprender e ensinar, é fundamental para favorecer a aprendizagem dos alunos com TEA. Além disso, o papel do Profissional de Apoio Escolar vai além do ambiente escolar, contribuindo para a inclusão social dos alunos com TEA por meio de diversas atividades.

A pesquisa revelou que a inclusão escolar de estudantes com TEA enfrenta desafios significativos, mas também destacou o papel crucial do Profissional de Apoio Escolar na promoção de práticas inclusivas e acolhedoras nas escolas de Uberlândia. No entanto, é importante reconhecer que o cumprimento das leis e diretrizes relacionadas à inclusão nem sempre é garantido, e que questões como limitações de recursos e capacitação inadequada podem impactar sua eficácia.

Diante desses desafios, a colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional é fundamental. Professores, equipes multidisciplinares, famílias e a comunidade devem trabalhar em conjunto para superar as barreiras existentes e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, incluindo aqueles com TEA.

O Produto Educacional proposto neste estudo representa uma ferramenta valiosa nesse processo. Além de fornecer informações práticas e acessíveis sobre neurodiversidade e inclusão escolar, ele também promove a colaboração e o engajamento de educadores e famílias, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e empático.

Portanto, ao investir em formação e capacitação adequadas para os profissionais de Apoio Escolar e ao promover uma abordagem colaborativa e inclusiva na comunidade escolar, é possível superar os desafios e garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam alcançar seu pleno potencial.

É evidente que a colaboração estreita entre escolas e esses profissionais é essencial para criar um ambiente inclusivo e propício ao aprendizado, alinhado com a realidade social dos alunos e buscando sua emancipação. Profissional de Apoio Escolar.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?**. Revista da FAEEBA – Educação e contemporaneidade, Salvador, v.22, n.40, p. 95-103, 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/7447>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila.; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores**. Educ Soc. 2009, n. 30, v. 107, p. 349-72. PMid: 01017330. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>>.

BARBOSA, Mônica de Oliveira. **Estratégias educacionais para estudantes com autismo**. São Paulo: Editora WAK, 2018.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. Ed. 3 reimp. São Paulo: Edição 70, 2016.

BELCHIOR, Caroline; BANDEIRA, Denise Ruschel. **Educação inclusiva e autismo: estratégias para o ensino na escola regular**. São Paulo: Editora WAK, 2020.

BESSA, Kelly. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o local na era das redes**. In: SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. de L. (org.) Campo e cidade no Triângulo Mineiro. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 59-87.

BOURDIEU, Pierre. (1996). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, p. 144.

BRANDÃO, Zaia. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 12 de ago. de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de saúde**. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/autismo_cp.pdf. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes Únicas**. 1. ed. São Paulo: Editora Gente, 2018.

Canalautismo, 2023. **Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA**. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Acesso em: 20 maio 2024.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIRNE-LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 139.

COSTA, Sandra G. Haydeé Silva; MELO, Maria Gorete Farias de. **Autismo e inclusão: perspectivas para a educação infantil**. São Paulo: Editora WAK, 2021.

Controladoria Geral da União, **Acesso à informação sobre o público de alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Escola de Educação Básica (ESEBA)**, 2023 - Pedido 23546098838202368. <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetalhePedido?id=6494325>. Acesso em 20 maio 2024

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Fora de Série na Escola**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Aspectos jurídicos da administração de pessoal**. São Paulo: Atlas, 1989, p. 16.

DIAS, Leila Regina Jordão; SANTOS, Isabel Cristina dos. **O papel do professor e do profissional de apoio no atendimento educacional especializado para estudantes com autismo**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

DOVAN, John & ZUCKER, Caren. (2016). **In a Different Key: The Story of Autism**. Broadway Books.

FERREIRA, Susie Helena de Araújo e Barrera, Sylvia Domingos. (2010). **Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil**. Psicologia em Estudo, v. 41, n. 4,

pp. 462-472, out./dez. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/5686/5954/0>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Ana Paula. **Zona de desenvolvimento proximal: a problematização do conceito através de um estudo de caso**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) 3 Universidade Estadual de Campinas-SP, Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/212625>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GADOTTI, Moacir. (2007). **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, p. 11.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.175.

GOES, Maria Cecilia Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e práticas educação inclusiva**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

GRANDIN, Temple. **O Cérebro Autista**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2023a). **População no último censo**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 20/03/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2023b). **Quantitativo populacional por faixa etária e percentual entre homens e mulheres**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 20/03/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2023c). **Cenário da educação em Uberlândia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 20/03/2024.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise**. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.

KANNER, Leo. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. Nervous Child, 2, p. 217-250, 1943.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Trad. João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação. Jan./Fev.Mar./Abr. 2002. n. 19. p. 20-28.

MALANCHEN, Julia. **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Em Aberto, Brasília, v. 31, n. 105, p. 123-139, 2018.

Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2837>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MARQUES, Ramiro. (1999). **A escola e os pais, como colaborar?** Lisboa: Texto Editora.
MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: Do Nascimento à Velhice**. 1. ed. São Paulo: Editora Átomo, 2016.

MARTINS, Vera Lúcia. **Autismo e inclusão: manual prático para professores e pais**. São Paulo: Editora Wak, 2021.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Editora Almedina Brasil, 2021.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MESIBOV, Gary; SHEA, Victoria; SCHOPLER, Eric. **Educating Children with Autism**. Routledge, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Marco de Ação de Dakar: Educação para Todos: Cumprir Nossos Compromissos Coletivos**. Brasília: MEC/UNESCO, 2000.

NASSIF, Maria Clara. **Autismo: Uma visão brasileira**. Editora Nacional, 2018.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 18, 2012.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago; MIRANDA, Maria Irene; SAAD, Nubia dos Santos. **Metassíntese: uma modalidade de pesquisa qualitativa**. In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.42, p.145-156, Monte Carmelo, MG, 2020.

PAIVA, Francisco Jr. **Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA**. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Acesso em: 20/03/2024.

POKER, Rosimar Bortolini, et al. **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2024.

SAMPAIO, Ligia Maria Tavares; MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva. **Inclusão de Crianças com Autismo na Escola: desafios do professor**. II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação – Natal, 2017. p. 758 – 765.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. 2. ed., São Paulo: Planeta, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a História da Educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 03-12.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 22. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Resolução SEE No 4.920/2023**. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/RESOLUCAO-SEE-No-4.920_2023_Completa.pdf. Acesso em: 20/03/2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Autismo: intervenções educacionais para a escola e a família**. São Paulo: Editora WAK, 2015.

TRENTINI, Mercedes; PAIM, Lygia. **Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 661, de 8 de abril de 2019**. Uberlândia, 2019.

WAGNER, Adriana; RIBEIRO, Luciane de S.; ARTECHE, Adriane; BORNHOLDT, Ellen A. (1999). **O papel do ambiente familiar no desenvolvimento emocional da criança**. *Psicologia em Estudo*, 4(2), 147.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO

Neste anexo, serão apresentados os Estabelecimentos de Ensino ativos segundo a dependência administrativa da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Uberlândia. Esta seção incluirá uma lista detalhada das unidades escolares, classificadas conforme sua administração (municipal, estadual, ou federal).

Além disso, serão exibidas as perguntas e respostas relacionadas ao acesso à informação sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) da Escola de Educação Básica (ESEBA). Essas informações foram obtidas através do pedido número 23546098838202368 feito à Controladoria-Geral da União (CGU) em 2023.

O objetivo deste anexo é proporcionar uma visão abrangente do panorama educacional e da inclusão de estudantes com NEE em Uberlândia, destacando a importância da transparência e do acesso à informação para a gestão educacional e para a comunidade escolar.

ANEXO 1 – Estabelecimentos de ensino ativos segundo dependência administrativa da SRE de Uberlândia.

ESCOLAS ESTADUAIS

Nº	CÓDIGO DA ESCOLA	NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO
		34 167878 EE JARDIM IPANEMA
		35 167606 EE JERÔNIMO ARANTES
		36 167622 EE JOÃO REZENDE
		37 167312 EE JOAQUIM SARAIVA
		38 207403 EE JOSÉ GOMES JUNQUEIRA
		39 167355 EE JOSÉ ZACHARIAS JUNQUEIRA
		40 167509 EE LOURDES DE CARVALHO
		41 167371 EE MARECHAL CASTELO BRANCO
		42 167410 EE MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DE SOUZA
		43 167398 EE MÁRIO PORTO
		44 167436 EE MESSIAS PEDREIRO
		45 167746 EE NEUZA REZENDE
		46 167347 EE NO CONJUNTO HABITACIONAL CRUZEIRO DO SUL
		47 167851 EE NOVO HORIZONTE-EDUCAÇÃO ESPECIAL
		48 167479 EE OSVALDO RESENDE
		49 167495 EE PADRE MARIO FORESTAN
		50 167754 EE PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE
		51 167711 EE PRESIDENTE TANCREDO NEVES
		52 167843 EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
		53 167541 EE PROFESSOR INÁCIO CASTILHO
		54 167339 EE PROFESSOR JOSÉ IGNÁCIO DE SOUSA
		55 167380 EE PROFESSOR LEÔNIDAS DE CASTRO SERRA
		56 167428 EE PROFESSOR NELSON CUPERTINO
		57 167517 EE PROFESSORA ALICE PAES
		58 167304 EE PROFESSORA JUVENÍLIA FERREIRA DOS SANTOS
		59 167533 EE RIO DAS PEDRAS
		60 167550 EE ROTARY
		61 167614 EE SEGISMUNDO PEREIRA
		62 167576 EE SEIS DE JUNHO
		63 167592 EE SÉRGIO DE FREITAS PACHECO
		64 167631 EE SETE DE SETEMBRO
		65 167738 EE TEOTÔNIO VILELA
		66 167673 EE TUBAL VILELA DA SILVA
1	362298	COLÉGIO TIRADENTES PMMG
2	167657	EE 13 DE MAIO
3	167240	EE AFONSO ARINOS
4	167282	EE ALDA MOTA BATISTA
5	167363	EE AMADOR NAVES
6	167321	EE AMÉRICO RENÉ GIANNETTI
7	167401	EE ÂNGELA TEIXEIRA DA SILVA
8	167461	EE ANGELINO PAVAN
9	167487	EE ANTÔNIO LUIS BASTOS
10	167771	EE ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE
11	167525	EE BOM JESUS
12	167568	EE BUENO BRANDÃO
13	167681	EE CLARI MUNDO CARNEIRO
14	167720	EE CORONEL JOSE TEÓFILO CARNEIRO
15	167223	EE CUSTÓDIO DA COSTA PEREIRA
16	167649	EE DA CIDADE INDUSTRIAL
17	338893	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
18	167690	EE DE UBERLÂNDIA
19	167665	EE DO BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS
20	167789	EE DO BAIRRO MARAVILHA
21	167797	EE DO PARQUE SÃO JORGE
22	167801	EE DONA ALEXANDRA PEDREIRO
23	367834	EE DONA FINHA DO PATRIMÔNIO
24	167827	EE DR DUARTE PIMENTEL DE ULHOA
25	167444	EE ENEAS DE OLIVEIRA GUIMARÃES
26	167215	EE ENÉIAS VASCONCELOS
27	167231	EE FELISBERTO ALVES CARREJO
28	167584	EE FREI EGÍDIO PARISI
29	167258	EE GUIOMAR DE FREITAS COSTA
30	167703	EE HERCÍLIA MARTINS REZENDE
31	167274	EE HONÓRIO GUIMARÃES
32	167266	EE HORTÊNCIO DINIZ
33	167291	EE IGNÁCIO PAES LEME

ESCOLAS FEDERAIS

1	166545	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UFU	FEDERAL
2	166553	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO TRIANGULO MINEIRO CAMPUS U	FEDERAL

ESCOLAS MUNICIPAIS

1	355259	CENTRO SOLIDÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UBERLÂNDIA	57	249190	EM PROFESSORA OLGA DEL FÁVERO
2	169528	EM AFRÂNIO RODRIGUES DA CUNHA	58	325473	EM PROFESSORA ORLANDA NEVES STRACK
3	170143	EM ANTONINO MARTINS DA SILVA	59	363723	EM PROFESSORA SHIRLEY LOURDES DE MENEZES VIEIRA
4	169668	EM BOA VISTA	60	264512	EM SEBASTIANA SILVEIRA PINTO
5	169561	EM CARLOS TUCCI	61	170160	EM SEBASTIÃO RANGEL
6	350419	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL JORNALISTA LUIZ FERNANDO QUIRINO	62	296325	EMEF AMANDA CARNEIRO TEIXEIRA
7	369071	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA FLORIPES ALVES	63	341150	EMEI ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA
8	360180	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR SÉRGIO APARECIDO DA SILVA	64	343692	EMEI AUGUSTA MARIA DE FREITAS
9	266531	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR THALES DE ASSIS MARTINS	65	170038	EMEI CECÍLIA MEIRELES
10	369080	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA CLESILDA ALVES ROSA	66	328502	EMEI CORA CORALINA
11	267368	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA LUIZA BARBOSA DE SOUZA	67	341851	EMEI DO BAIRRO APARECIDA
12	370452	EM DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VERIDIANA RODRIGUES CARNEIRO	68	341860	EMEI DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL
13	228699	EM DE SOBRADINHO	69	342025	EMEI DO BAIRRO CUSTÓDIO PEREIRA
14	319651	EM DO BAIRRO SHOPPING PARK	70	341339	EMEI DO BAIRRO DOM ALMIR
15	169676	EM DO MORENO	71	341142	EMEI DO BAIRRO GUARANI
16	214141	EM DOM BOSCO	72	267261	EMEI DO BAIRRO JARDIM BRÁSILIA
17	170151	EM DOMINGAS CAMIN	73	228711	EMEI DO BAIRRO LUIZOTE DE FREITAS
18	271578	EM DR GLADSEN GUERRA DE REZENDE	74	341320	EMEI DO BAIRRO MANSOUR
19	245917	EM DR JOEL CUPERTINO RODRIGUES	75	341916	EMEI DO BAIRRO SANTA LUZIA
20	169820	EM EMÍLIO RIBAS	76	169994	EMEI DO BAIRRO SANTA MONICA
21	267066	EM EUGÊNIO PIMENTEL ARANTES	77	353027	EMEI DO BAIRRO SHOPPING PARK
22	169889	EM FREITAS AZEVEDO	78	341959	EMEI DO BAIRRO TOCANTIS
23	169838	EM GUARDA ANTÔNIO RODRIGUES NASCIMENTO	79	169579	EMEI DO CONJUNTO ALVORADA
24	246743	EM HILDA LEÃO CARNEIRO	80	169650	EMEI DOUTOR JOSÉ RIBEIRO
25	348988	EM INSPETORA FRANCE ABADIA MACHADO SANTANA	81	358479	EMEI EURÍPEDES ROCHA
26	343706	EM IRMÃ ODÉLIA LEÃO CARNEIRO	82	341967	EMEI FRANCISCO BUENO MONTEIRO
27	170135	EM JOSÉ MARRA DA FONSECA	83	328537	EMEI GRANDE OTELO
28	214175	EM LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA	84	328570	EMEI HIPÓLITA TERESA ERANCI
29	305464	EM MÁRIO ALVES ARAÚJO SILVA	85	169897	EMEI IRMÃ MARIA APARECIDA MONTEIRO
30	319716	EM ODILON CUSTÓDIO PEREIRA	86	342017	EMEI JEAN PIAGET
31	170054	EM OLHOS D'ÁGUA	87	341134	EMEI LÍRIA EMÍLIA SARAIVA
32	354490	EM PRESIDENTE ITAMAR FRANCO	88	328651	EMEI MARIA APARECIDA DA SILVA
33	233749	EM PROF VALDEMAR F OLIVEIRA	89	255131	EMEI MARIA BEATRIZ VILELA DE OLIVEIRA
34	170089	EM PROFA MARIA REGINA ARANTES LEMES	90	266515	EMEI MARIA PACHECO REZENDE
35	249238	EM PROFA STELLA SARAIVA PEANO	91	341975	EMEI MARIA TEREZINHA CUNHA SILVA
36	245909	EM PROFESSOR DOMINGOS PIMENTEL ULHOA	92	328553	EMEI MONTEIRO LOBATO
37	228745	EM PROFESSOR EURIKO SILVA	93	328618	EMEI PAMPULHA
38	269832	EM PROFESSOR JACY DE ASSIS	94	328626	EMEI PAULO FREIRE
39	247499	EM PROFESSOR LADÁRIO TEIXEIRA	95	328634	EMEI PLANALTO
40	228761	EM PROFESSOR LEÔNIO DO CARMO CHAVES	96	283932	EMEI PROFESSOR HORLANDI VIOLATTI
41	233765	EM PROFESSOR LUÍS ROCHA E SILVA	97	274976	EMEI PROFESSOR SAINT' CLAIR NETTO
42	239631	EM PROFESSOR MÁRIO GODOY CASTANHO	98	169625	EMEI PROFESSORA CARMELITA VIEIRA DOS SANTOS
43	297810	EM PROFESSOR MÍLTON DE MAGALHÃES PORTO	99	341932	EMEI PROFESSORA CORNÉLIA YARA CASTANHEIRA
44	169871	EM PROFESSOR OSWALDO VIEIRA GONÇALVES	100	264521	EMEI PROFESSORA EDNA APARECIDA OLIVEIRA
45	240371	EM PROFESSOR OTÁVIO BATISTA COELHO FILHO	101	353000	EMEI PROFESSORA ELOAH MARISA DE MENEZES
46	228753	EM PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA MARQUEZ	102	341169	EMEI PROFESSORA GESIMEIRE FÁTIMA ARAÚJO
47	370940	EM PROFESSOR VALDIR ARAÚJO	103	328642	EMEI PROFESSORA IZILDINHA MARIA MACEDO DO AMARAL
48	228729	EM PROFESSORA BENEDITA PIMENTEL ULHÔA ROCHA	104	233722	EMEI PROFESSORA MARIA CLARO
49	354210	EM PROFESSORA CARLOTA DE ANDRADE MARQUEZ	105	328600	EMEI PROFESSORA OLÍVIA CALÁBRIA
50	239623	EM PROFESSORA CECY CARDOSO PORFÍRIO	106	353035	EMEI PROFESSORA ROSÂNGELA BORGES CUNHA
51	169587	EM PROFESSORA GLÁUCIA SANTOS MONTEIRO	107	353019	EMEI PROFESSORA SÔNIA APARECIDA ALVARES DE OLIVEIRA
52	228737	EM PROFESSORA IRACY ANDRADE JUNQUEIRA	108	169757	EMEI PROFESSORA STELA MARIA DE PAIVA CARRIJO
53	339555	EM PROFESSORA IRENE MONTEIRO JORGE	109	328472	EMEI RAIMUNDO VIEIRA DA CUNHA
54	338400	EM PROFESSORA JOSIANY FRANÇA	110	328596	EMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS
55	233757	EM PROFESSORA MARIA JOSÉ MAMEDE MOREIRA	111	342009	EMEI VERA ANITA NASCIMENTO DE SOUZA
56	169609	EM PROFESSORA MARIA LEONOR DE FREITAS BARBOSA	112	328545	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROOSEVELT

ESCOLAS PRIVADAS

1	255033	COLÉGIO NACIONAL – UNIDADE III
2	368270	ACONCHEGO HOTEL ESCOLA INFANTIL
3	275557	AMEDUCA - COMPLEXO EDUCACIONAL
4	275522	ARTE DE BRINCAR H ESC INFANTIL
5	323942	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL JOHANN KEPLER
6	364177	BABY NAP
7	350702	CEIA - ESCOLA PROFESSOR LUIZMAR ANTÔNIO DOS SANTOS
8	332364	CEIA - CENTRO EVANGÉLICO DE INTEGRAÇÃO E APRENDIZADO - UNIDADE II
9	353043	CEIA - CENTRO EVANGÉLICO DE INTEGRAÇÃO E APRENDIZADO - UNIDADE III
10	368229	CEIA - ESCOLA PROFESSORA ROSA MARIA MELO
11	370789	CEIA - MARIA DIRCE GONÇALVES MIRANDA
12	349747	CELCCO - CENTRO EDUCACIONAL LUIZ CARLOS COLETTI
13	318116	CENTRO EDUCACIONAL PALÁCIO DO SABER
14	347868	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ ODÉLCIA LEÃO CARNEIRO
15	341690	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARTINS
16	337439	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTINO
17	170348	CENTRO EDUCACIONAL ADVENTISTA DE UBERLÂNDIA
18	337005	CENTRO EDUCACIONAL ALFREDO JULIO
19	350265	CENTRO EDUCACIONAL ANJINHO DO SABER
20	355267	CENTRO EDUCACIONAL ARUARÉ
21	361526	CENTRO EDUCACIONAL AS MINHAS DESCOBERTAS
22	325325	CENTRO EDUCACIONAL BATISTA BETEL
23	236136	CENTRO EDUCACIONAL BEM ME QUER
24	337595	CENTRO EDUCACIONAL BERSEBA
25	244236	CENTRO EDUCACIONAL CAMINHO DO SABER
26	323055	CENTRO EDUCACIONAL CAMINHO SUAVE
27	341592	CENTRO EDUCACIONAL CANTINHO DO AMOR
28	279994	CENTRO EDUCACIONAL CANTINHO DO SABER
29	337536	CENTRO EDUCACIONAL CARLOS CESAR DA SILVEIRA NUNES
30	337552	CENTRO EDUCACIONAL CLAUDIO JOSÉ BIZINOTTO
31	280089	CENTRO EDUCACIONAL COLIBRI
32	323969	CENTRO EDUCACIONAL CONVIVER
33	337714	CENTRO EDUCACIONAL CRESCER
34	370860	CENTRO EDUCACIONAL CRESCER - UNIDADE II
35	354414	CENTRO EDUCACIONAL CRIANÇA FELIZ
36	236012	CENTRO EDUCACIONAL CUCA LEGAL
37	250635	CENTRO EDUCACIONAL CURUMIM
38	341517	CENTRO EDUCACIONAL DE TAPIURAMA
39	342289	CENTRO EDUCACIONAL DEDINHOS MÁGICOS
40	341681	CENTRO EDUCACIONAL DIVINO ESPÍRITO SANTO
41	337420	CENTRO EDUCACIONAL DO NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ UNID II
42	341606	CENTRO EDUCACIONAL DONA NEUZA REZENDE
43	362921	CENTRO EDUCACIONAL ESTRELA DE DAVI
44	310280	CENTRO EDUCACIONAL EURIPEDES BARSANULFO
45	214281	CENTRO EDUCACIONAL EVANGÉLICO JOHN WESLEY
46	297259	CENTRO EDUCACIONAL EVOLUIR
47	275549	CENTRO EDUCACIONAL GATO DE BOTAS - DRUMMOND
48	374172	CENTRO EDUCACIONAL GIRASSOL
49	337390	CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL TIA LIA
50	337404	CENTRO EDUCACIONAL IRMÃ PALMIRA GARCIA
51	337013	CENTRO EDUCACIONAL MARIA DE NAZARÉ
52	336998	CENTRO EDUCACIONAL MARIA TAVARES
53	266884	CENTRO EDUCACIONAL MERCÊS LOPES
54	332682	CENTRO EDUCACIONAL MEU PREZINHO
55	313301	CENTRO EDUCACIONAL MONTEIRO LOBATO
56	230766	CENTRO EDUCACIONAL MUNDO DO SABER
57	372897	CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA AMENAI MATOS NETO
58	372234	CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA SIMAN
59	346896	CENTRO EDUCACIONAL REI LEÃOZINHO
60	341673	CENTRO EDUCACIONAL RENASCE DA CRIANÇA
61	309982	CENTRO EDUCACIONAL SÃO GABRIEL
62	285773	CENTRO EDUCACIONAL SERGIO HENRIQUE MARTINELLI
63	335061	CENTRO EDUCACIONAL SMI LINGUIDO
64	373958	CENTRO EDUCACIONAL SMI LINGUIDO - UNIDADE II
65	351954	CENTRO EDUCACIONAL SONHO DE CRIANÇA
66	372714	CENTRO EDUCACIONAL CRESCER - UNIDADE III - PROFESSORA MARIA FÁTIMA BORGES
67	296155	CENTRO INTEGRADO DE ENSINO ESTRELA GUIA
68	368415	CENTRO PEDAGÓGICO METTA
69	375071	COLÉGIO ANN MACKENZIE
70	278939	COLÉGIO APOGEU
71	275531	COLÉGIO BATISTA MINEIRO
72	170615	COLÉGIO CASA BRANCA
73	214256	COLÉGIO CASINHA DE ABELHA
74	279846	COLÉGIO COPACABANA
75	343099	COLÉGIO DOM BOSCO
76	335053	COLÉGIO ESPAÇO LETRADO
77	210528	COLÉGIO EXPANSÃO FAVINHO DE MEL
78	352195	COLÉGIO GABARITO
79	170658	COLÉGIO INTEGRAÇÃO PEQUENINO MUNDO

80	365050	COLÉGIO JARAGUÁ
81	338419	COLÉGIO LOGOSÓFICO GONZÁLEZ PECOTCHE - UNIDADE UBERLÂNDIA
82	373893	COLÉGIO MAIS - UNIDADE JOÃO NAVES
83	342599	COLÉGIO MAIS POSITIVO
84	318094	COLÉGIO MARIA DE NAZARÉ
85	170402	COLÉGIO MARISTA CHAMPAGNAT
86	302473	COLÉGIO MUNDO MÁGICO
87	220094	COLÉGIO NACIONAL - UNIDADE I
88	350672	COLÉGIO NACIONAL - UNIDADE II
89	369969	COLÉGIO NACIONAL - UNIDADE IV
90	375276	COLÉGIO NACIONAL - UNIDADE V
91	318426	COLÉGIO OLIMPO
92	240303	COLÉGIO PETRUS DE UBERLÂNDIA
93	236187	COLÉGIO PIRLIMPIMPIM - SÃO PASCHOAL - UNIDADE II
94	368261	COLÉGIO PIRLIMPIMPIM BABY
95	170534	COLÉGIO PIRLIMPIMPIM-SÃO PASCHOAL
96	170461	COLÉGIO RESSURREIÇÃO NOSSA SENHORA
97	318540	COLÉGIO SOMA IDEAL
98	341665	CRECHE COMUNITÁRIA ESPERANÇA
99	261599	DOMINÓ ESCOLA INFANTIL
100	368245	EM CANTOS HOTEL ESCOLA
101	368784	ESCOLA ACONCHEGO DA CRIANÇA
102	309966	ESCOLA ATHENAS
103	361615	ESCOLA CIRCO DAS LETRAS
104	250694	ESCOLA DA CIDADE
105	230812	ESCOLA DA CRIANÇA ESPAÇO ADOLESCER
106	341525	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESPAÇO DA CRIANÇA
107	341509	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESPAÇO DA CRIANÇA - UNIDADE VIGILATO
108	337544	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESPAÇO DA CRIANÇA- UNIDADE SÃO GABRIEL
109	375063	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SER CRIANÇA
110	309991	ESCOLA HOTEL INFANTIL CRIATIVO BABY
111	330515	ESCOLA INFANTIL BRINCAR E APRENDER
112	370169	ESCOLA INFANTIL ESPAÇO FELIZ
113	375098	ESCOLA INFANTIL FELIZ IDADE
114	342580	ESCOLA INFANTIL LÁPIS DE COR
115	364339	ESCOLA INFANTIL MEU PRIMEIRO MUNDO
116	365041	ESCOLA INFANTIL PINGUINHOS DE LETRAS
117	351962	ESCOLA INFANTIL RAIOS DE LUZ
118	373206	ESCOLA MÁGICA FAVO DE MEL
119	359785	ESCOLA MAPLE BEAR UBERLÂNDIA
120	375080	ESCOLA MIRI PIRI UBERLÂNDIA
121	341703	ESCOLA MISSÃO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL MORUMBI
122	346810	ESCOLA NAVEGANTES
123	356603	ESCOLA NOVA GERAÇÃO
124	297241	ESCOLA OFICINA DO SABER
125	318698	ESCOLA SUPRE DE GESTÃO E MARKETING
126	356611	ESPAÇO CRESCER
127	337641	ESPAÇO SOCIAL GRAÇA TIMOTHU HUGH FARNER
128	357065	GABARITO SISTEMA EDUCACIONAL
129	343854	HOTEL ESCOLA AQUARELA
130	346063	HOTEL ESCOLA ARTE DE SONHAR
131	317772	HOTEL ESCOLA CAMINHO DA CRIANÇA
132	363405	HOTEL ESCOLA ESTAÇÃO DA INFÂNCIA
133	340375	HOTEL ESCOLA INFANTIL ESPAÇO DE SE CRIAR
134	339342	HOTEL ESCOLA INFANTIL FUTURO DA CRIANÇA
135	370134	HOTEL ESCOLA INFANTIL MANANCIAL
136	349003	HOTEL ESCOLA OFICINA DO SABER
137	356590	HOTEL ESCOLA SONHO AZUL
138	361631	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SONHARTE
139	346845	INSTITUTO DE ESTUDOS INTEGRADOS
140	361640	INSTITUTO EDUCACIONAL FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA
141	210510	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA MÔNICA
142	230758	INSTITUTO EDUCACIONAL SHALON
143	318108	INSTITUTO PENIEL DE ENSINO
144	170607	INSTITUTO TERESA VALSÉ
145	170518	JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE
146	375055	KINDERBABIES BERÇÁRIO E ESCOLA INFANTIL
147	372900	MEU PÉ DE LARANJA LIMA HOTEL ESCOLA
148	337560	MISSÃO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL JARDIM CANAÃ
149	343846	MISSÃO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL JARDIM DAS PALMEIRAS
150	373877	MISSÃO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL JOSÉ DE SOUZA PRADO
151	337587	MISSÃO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL PARQUE SÃO JORGE II
152	373885	MISSÃO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA MARGARETH GUITARRARA
153	371483	SAINT LAMBERT EDUCAÇÃO INFANTIL BILÍNGUE
154	170321	SESI ESCOLA GUIOMAR DE FREITAS COSTA
155	273864	SISTEMA DE ENSINO ROCHA FERREIRA
156	236110	SNOOPY HOTEL ESCOLA
157	365068	SNOOPY HOTEL ESCOLA - UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL
158	372889	VILA SOL CENTRO EDUCACIONAL

ANEXO 2 - Acesso à informação sobre o público de alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Escola de Educação Básica (ESEBA) - Pedido 23546098838202368. Segundo CGU, 2023:

Perguntas:

Como é a política de acesso dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), existe reserva de vagas? Quais etapas da educação básica são atendidas na Escola de Educação Básica (ESEBA)? Como é organizado o atendimento aos alunos com NEE, incluindo transtornos globais do desenvolvimento, deficiências e altas habilidades/superdotação na ESEBA? A ESEBA possui normativas internas específicas ou resoluções que regulam o atendimento aos alunos com NEE? Se sim, quais são essas normativas? Existem profissionais especializados disponíveis para atender os alunos com NEE? Se sim, quais são suas especialidades? Existe uma comissão ou coordenação específica responsável por cuidar dos assuntos relacionados aos alunos com NEE na ESEBA? Como a ESEBA realiza a identificação e avaliação das necessidades individuais dos alunos com NEE? Existe um Projeto de Ensino Individualizado/ Plano do AEE? A ESEBA oferece uma sala de recursos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) / Sala de Recursos Multifuncionais, conforme preconiza a legislação? Se sim, quais são os recursos disponíveis nessa sala e como os alunos com NEE podem acessá-la? Há um professor especializado em AEE para atendê-los? Os alunos com NEE recebem apoio em sala de aula por meio de professores de apoio? Como funciona esse suporte em sala de aula? Controladoria Geral da União, 2023

ANEXO 3 - Acesso à informação sobre o público de alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Escola de Educação Básica (ESEBA) - Pedido 23546098838202368. Segundo CGU, 2023:

Respostas:

Prezado(a) Cidadão(ã), informamos que sua solicitação foi encaminhada à Diretoria da ESEBA que realizou os devidos esclarecimentos: Como é a política de acesso dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), existe reserva de vagas? Antes de responder a essa questão, faremos um esclarecimento. O termo correto utilizado pela legislação é “Alunos, ou estudantes Público Alvo da Educação Especial”, ou “Estudantes com deficiência”. Atualmente a ESEBA realiza os processos seletivos para ingresso de estudantes anualmente

através de sorteio público. A escola oferta o 1.º e 2.º período da Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1.º a 9.º ano). As famílias de estudantes que são sorteados são convocadas a realizar matrícula, sendo que são destinadas 60 vagas para o 1.º Período da Educação Infantil. Quanto ao 2.º Período da Educação Infantil e os 1.º aos 9.º anos do Ensino Fundamental, as crianças e/ou adolescentes sorteados vão para as listas de espera, sendo as famílias convocadas para matrícula somente com o surgimento de vagas (em decorrência de situações como a desistência de algum(a) estudante). A escola possui a política de cotas em que 50% das vagas são reservadas para atender a essa política. As cotas são distribuídas em Pessoa com Deficiência (PCD), Pretos Pardos e Indígenas (PPI), e Perfil Sócio Econômico (PSE). Quais etapas da educação básica são atendidas na Escola de Educação Básica (ESEBA)? A escola oferta o 1.º e 2.º período da Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1.º a 9.º ano). Como é organizado o atendimento aos alunos com NEE, incluindo transtornos globais do desenvolvimento, deficiências e altas habilidades/superdotação na ESEBA? Os estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), são matriculados no Ensino regular e frequentam a escola normalmente em seu turno de aula. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é oferecido no contraturno, em grupo ou individualizado. A ESEBA possui normativas internas específicas ou resoluções que regulam o atendimento aos alunos com NEE? Se sim, quais são essas normativas? As normativas referentes à Modalidade de Educação Especial da ESEBA constam no Projeto Político Pedagógico da escola e Adendo Regimental (Regimento Interno) que estão disponíveis em: <http://www.eseba.ufu.br/ppp-e-regimento-interno>> Existem profissionais especializados disponíveis para atender os alunos com NEE? Se sim, quais são suas especialidades? Existe uma comissão ou coordenação específica responsável por cuidar dos assuntos relacionados aos alunos com NEE na ESEBA? Como a ESEBA realiza a identificação e avaliação das necessidades individuais dos alunos com NEE? Existe um Projeto de Ensino Individualizado/ Plano do AEE? A partir de 2024 contaremos com 04 docentes, que atuarão na Área de Educação Especial, as quais atendem a toda a escola. Todas com formação na área de Pedagogia, com formação em mestrado e doutorado na Área de Educação especial. O currículo destas docentes pode ser consultadas nos seguintes links: <http://www.eseba.ufu.br/pessoas/docentes/janine-cecilia-goncalves-peixoto>>; <http://www.eseba.ufu.br/pessoas/docentes/joice-silva-mundim-guimaraes>>; <http://www.eseba.ufu.br/pessoas/docentes/lavine-rocha-cardoso-ferreira>>. A área/modalidade conta ainda com duas servidoras técnicas administrativos, sendo uma no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais e outra no cargo de Auxiliar de desenvolvimento Infantil. Atualmente a ESEBA está realizando um processo de atualização de seu Projeto Político Pedagógico, sendo

que um dos eixos em discussão é a modalidade Educação Especial. Quanto à questão "Como a ESEBA realiza a identificação e avaliação das necessidades individuais dos alunos com NEE?" consta o seguinte na página da Área de Educação Especial da escola: "A Educação especial enquanto área de conhecimento é constituída no Colégio de Aplicação como um campo para o desenvolvimento de todas as ações por Lei previstas para o desenvolvimento dessa modalidade de Educação. O Colégio de Aplicação conta com uma Sala de Recursos Multifuncionais que é utilizada por todos os alunos em Atendimento Educacional Especializado da escolar, da Educação infantil a Educação de Jovens e Adultos. A área da Educação Especial é responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (DECRETO 7.611/2011) e assessoramento à classe comum, com o objetivo de garantir a acessibilidade ao conhecimento, além de colaborar com as discussões referentes à implementação de uma política inclusiva dentro da Escola. Descrevemos abaixo algumas ações inclusivas: Esta área é responsável pela avaliação da criança, visando reconhecer a necessidade ou não de atendimento no contra turno. Em caso afirmativo a família será comunicada. Realiza o Atendimento Educacional Especializado. Realiza o assessoramento aos docentes. Quando procurar a Área de Educação Especial? Quando os pais ou responsáveis necessitarem de auxílio nas demandas pedagógicas dos estudantes público alvo da Educação Especial, relacionadas ao contexto escolar no que se refere a acessibilidade atitudinal, metodológica, arquitetônica.". Disponível em: <http://www.eseba.ufu.br/eseba/modalidade-de-educacao-especial>>.". A partir dessa avaliação e da discussão em equipe, é construído o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para cada estudante, em que são traçados os objetivos de aprendizagem a serem alcançados ao longo do ano, bem como destacadas suas necessidades e potencialidades. A ESEBA oferece uma sala de recursos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) / Sala de Recursos Multifuncionais, conforme preconiza a legislação? Se sim, quais são os recursos disponíveis nessa sala e como os alunos com NEE podem acessá-la? Há um professor especializado em AEE para atendê-los? Sim, a ESEBA conta uma Sala de Recursos Multifuncionais na qual são realizadas atividades de ensino no contraturno para o estudantes público-alvo da Educação Especial. As docentes que realizam as atividades nessa sala são as docentes da Área de Educação Especial, as quais foram citadas em das perguntas anteriores. É oferecido o que preconiza a legislação, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em um horário por semana. A sala conta com jogos, livros, almofadas, mesas de apoio adaptadas, quadro, armários para guardar os materiais e recursos didáticos pedagógico com diferentes elementos. Temos ainda em nossa sala de recursos, materiais e recursos de acessibilidade, como plano inclinado, engrossadores de lápis, teclados e mouse adaptados. Todos esses recursos de acessibilidade são utilizados na sala de recursos

Multifuncionais quando é necessário para a criança e também são destinados para a sala regular para que a criança possa utilizá-los em todos os espaços. Outro recurso de acessibilidade que temos: mesa de luz, ábaco adaptado, material dourado adaptado, além disso, também confeccionamos material de comunicação alternativa e outros materiais que possam ser necessários para casos mais específicos. As professoras da Área de Educação Especial, também orientam a utilização dos recursos Multifuncionais pelos professores e outros profissionais que acompanham os estudantes. Dentro do trabalho da equipe da Área de Educação Especial está também incluído o assessoramento à classe comum, ou seja, o planejamento e orientação aos docentes que atuam com o estudante no Ensino Regular. Os alunos com NEE recebem apoio em sala de aula por meio de professores de apoio? Como funciona esse suporte em sala de aula? A Escola de Educação Básica, faz parte da rede federal de ensino. Essa rede, ainda não criou o cargo que preconiza a legislação, qual seja “Profissional de Apoio Escolar”. Esse cargo ainda não existe no Código Brasileiro de Ocupação (CBO) e essa definição não está sob a gerência da Universidade e sim dos Ministérios da Educação e Planejamento, que deverão criar os cargos e posteriormente, abrir concurso público para os mesmos. Portanto o apoio aos estudantes se dá por meio profissionais contratados de forma terceirizada que atuam suprimindo parte de algumas atribuições realizadas pelo profissional de apoio escolar, o que, contudo, não se configura enquanto atividade docente. Em conjunto com a gestão superior da UFU e em diálogo com instâncias do Governo Federal estamos verificando possibilidades para suprimos a demanda de profissionais de apoio. Além do contrato com empresa terceirizada para profissionais que apoiem os estudantes, temos também contratos de estagiários e bolsistas que auxiliam nos apoios aos estudantes em sala de aula. Em relação à criação desse cargo, bem como em relação à ampliação do quadro de docentes para esse atendimento, já temos processos abertos no SEI enviados à administração superior e encaminhados ao ministério da educação buscando a resolução dessa questão. Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/UFU.

APÊNDICE

Neste apêndice apresentamos o material "MANUAL PRÁTICO DE SOBREVIVÊNCIA DE UM AUTISTA NA ESCOLA" como um complemento à pesquisa realizada na dissertação "O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E O ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UBERLÂNDIA (MG)".

Este Produto Educacional tem o propósito de promover o acesso a informações de forma descontraída para todos os envolvidos e interessados, que muitas vezes não dispõem de tempo para se aprofundar nos estudos sobre o universo da neurodiversidade. O recurso visa contribuir para o desenvolvimento do trabalho docente voltado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo sugestões e dicas em diferentes níveis de complexidade. Ele aborda possibilidades para atender às necessidades específicas desses alunos e orienta sobre como agir com respaldo jurídico e pedagógico frente às situações que podem ocorrer dentro do ambiente escolar.



Catalogação elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Nogueira, Juliana Aurora.
 N689m Manual prático de sobrevivência de um autista na escola: para profissionais da
 educação e famílias / Juliana Aurora Nogueira, Cilson César Fagiani. – Uberlândia
 (MG), 2024.
 [25] p. : il., color.

Este produto foi produzido a partir da dissertação “O profissional de apoio escolar e o estudante com transtorno do espectro autista: um estudo de caso em Uberlândia (MG)” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado em Formação Docente para a Educação Básica pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação do Prof. Dr. Cilson César Fagiani.
 Inclui bibliografia.

1. Educação inclusiva. 2. Autismo. 3. Professores de educação especial. I. Fagiani, Cilson César. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Mestrado em Formação Docente para a Educação Básica. III. Título.

CDD 371.9046

2

Apresentamos o material “MANUAL PRÁTICO DE SOBREVIVÊNCIA DE UM AUTISTA NA ESCOLA” como um complemento à pesquisa realizada na dissertação “O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E O ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UBERLÂNDIA (MG)”. Essa dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado Profissional (PPGPE), da Universidade de Uberaba (UNIUBE), sobre a orientação do Prof. Dr. Cilson César Fagiani.

Trata-se de um Produto Educacional que tem o propósito de promover o acesso a informações de forma descontraída por todos que estão envolvidos e interessados, mas que nem sempre dispõe de tempo para se aprofundar nos estudos acerca no universo da neurodiversidade. Este recurso visa contribuir para o desenvolvimento do trabalho docente voltadas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo sugestões e dicas em diferentes níveis de complexidade e abordando possibilidades para atender às necessidades específicas desses alunos e principalmente como agir com respaldo jurídico e pedagógico frente as situações que podem ocorrer dentro do ambiente escolar.

1

DIAGNÓSTICO E ACOLHIDA

FAMÍLIA

Diagnóstico não é o fim, o diagnóstico precoce pode ser libertador e pode te tirar muitas vezes culpas que não são suas. Como: “É você que tem estragado esse(a) menino(a).” “É frescura.” “O fulano era assim e ficou bem depois.” “Você está inventando coisa!!!”



Os pais nunca estão preparados para a notícia de que seus filhos apresentam traços do espectro do autismo. Por mais que desconfiem, a confirmação de um especialista é bem diferente. Eles querem ouvir que a criança se desenvolverá e que tudo não passa de uma fase ou impressão (GAIATO, 2018, p.52)

ESCOLA

Acolha a família e o estudante.

Acolher uma família e, conjunta e consequentemente sua criança autista, é preciso ouvir suas experiências boas e ruins, dar orientações e soluções para os problemas relatados pelos pais, estabelecer parcerias com os profissionais da escola e aqueles que atendam essa criança fora da escola, e acima de tudo respeitar o tempo de adaptação e de aprendizado dessa criança. (STRAVOGIANNIS, 2022, p.88)



OPINIÕES

FAMÍLIA

Não ligue para as opiniões, principalmente de pessoas que não tem conhecimento sobre a causa e que não vivenciam.

Segundo Gaiato, (2018, p. 83), “para qualquer tratamento é necessário um conjunto de técnicas comprovadas cientificamente adicionadas à lógica”.



ESCOLA

Sejam francos com relação ao conhecimento sobre a inclusão e se mantenham sempre abertos a aprender e se reinventar.



...as práticas escolares inclusivas são emancipadoras e reconduzem os alunos diferentes, entre os quais os que têm uma deficiência, ao lugar do saber, de que foram excluídos, na escola ou fora dela. Mantoan, p. 28

SINAIS

FAMÍLIA

Sigam sempre a sua intuição, se acha que tem algo te incomodando, procure quem sabe de verdade, que no caso não inclui amigos, familiares, vizinhos.

“Deve-se, assim, estabelecer protocolos diagnósticos para maior fidedignidade, considerando-se seus objetivos e recursos necessários para que eles sejam alcançados”. (SELLA E RIBEIRO, 2018, p.27).



ESCOLA

Se a família procura informações, não invalidem as preocupações dos familiares.



Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) – com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber e ignorância [...] (BOSA, 2002, p. 13)



DIAGNÓSTICO

FAMÍLIA

Se a escola procura informações, não invalidem as preocupações da equipe da escola.

O diagnóstico do autismo é clínico, depende de uma minuciosa avaliação comportamental da criança e da entrevista com os pais. Caso a criança já esteja inserida em um programa educacional, a avaliação pedagógica escolar também será muito importante (GAIATO E TEIXEIRA, 2018, p. 51)



ESCOLA

A escola não fornece diagnóstico. Repito, escola não dá diagnóstico. Repito, escola não diagnostica. A escola fala sobre características, sinais de alerta e fornece relatório pedagógico sobre o desenvolvimento do estudante.



Segundo Barbosa Silva (2012, p. 111) “não é função dos professores fazer o diagnóstico de crianças com autismo. Eles, em sua maioria, não tiveram treinamento de como identificar sinais e sintomas nesse grupo de crianças.”.



CRITÉRIOS

Os critérios diagnósticos apresentados no DSM-5, sustentam-se atualmente em dois pilares: Critério A e Critério B, caracterizados por: As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social em múltiplos contextos (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro (p.53).



PRIMEIROS PASSOS

FAMÍLIA

Família-> mais vale um profissional disposto a aprender do que um profissional cheio de diploma debaixo do braço.

A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. (NOTA TÉCNICA N° 24 /2013 /MEC /SECADI /DPEE)



ESCOLA

Recebeu um estudante com transtorno do espectro autista? A primeira coisa é respirar. Respirou... Então vamos lá... Ele é como qualquer outro estudante. Precisa ter um diagnóstico inicial (não estou pedindo para você fazer uma prova e aplicar), simplesmente ouça a família e, se for possível, ouça o estudante. Até mesmo no seu silêncio, ele tem muito a nos dizer.



Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).



FAMÍLIA

LEIS

Sim, seu filho tem alguns direitos, mas sinto muito informar que a maioria não é cumprida. E que bom que, na maioria das vezes, você pode não necessitar. Uma reflexão: o autista tem direito a atendimento prioritário. Isso mesmo, não é preferencial, é prioritário. Resiliência. Sempre se coloque no lugar do outro.

- Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012): Esta é a principal lei de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Brasil. Ela institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo o autismo como deficiência, o que garante às pessoas com TEA todos os direitos previstos na legislação para pessoas com deficiência.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta lei estabelece uma série de direitos e garantias para as pessoas com deficiência, incluindo as com TEA, promovendo a inclusão social e cidadania.
- Lei nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion): Esta lei altera a Lei nº 12.764/2012 para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), um documento que facilita a identificação e o acesso aos direitos das pessoas com TEA.
- Decreto nº 8.368/2014: Regulamenta a Lei nº 12.764/2012, detalhando a política nacional de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista e dispondo sobre questões relacionadas ao atendimento educacional, saúde, trabalho, e assistência social.
- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite (Decreto nº 7.612/2011): Este plano, embora mais amplo, inclui ações e diretrizes específicas para o atendimento e inclusão das pessoas com deficiência, incluindo as com TEA.

INCLUSÃO

ESCOLA

O bem-estar do estudante deve ser prioridade. Não fique testando estratégias que, no fundo, você já sabe que não vão funcionar. Quando for planejar, pense nas estratégias mais mirabolantes e agora retorne para o ponto de partida e pense na forma mais simples. Sim, é disso que você vai precisar. Pense se você pode planejar para o estudante TEA e, você também, pode utilizar a mesma estratégia com os demais. Faça isso! Afinal de contas, por que planejar atividades diferentes pensando no estudante TEA e não o contrário? Planeje para o estudante TEA e adapte para os demais quando necessário.

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).



DIREITOS



FAMÍLIA

Conheça as leis e seus direitos, mas que isso não te torne arrogante e detentor de todo o saber. Às vezes, uma boa conversa vale mais que um processo judicial desgastante e moroso.

De acordo com o Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 12.764/2012, é direito da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, com vistas ao desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, sendo assegurado, no âmbito da educação, o direito a:

- Profissionais de apoio escolar: A lei menciona que é direito do aluno com TEA ter o acompanhamento de um profissional de apoio escolar, quando necessário, para promover o seu pleno acesso ao currículo e à inclusão educacional.

- Além da Lei nº 12.764/2012, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) também assegura direitos às pessoas com deficiência, incluindo os estudantes com autismo. Esta lei reforça o direito ao atendimento educacional especializado e a disponibilização de recursos de acessibilidade, incluindo profissionais de apoio.

ESCOLA

Se o aluno precisa de suporte, ofereçam. Principalmente em escolas públicas. A impressão é que os salários destes profissionais vão sair das secretarias de educação. Sendo quem vai arcar com os custos será a própria sociedade.

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituídas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2010, p. 21).



SUPOORTE

FAMÍLIA

Família-> se o seu filho necessita de suporte, solicite, pois ele tem direito. Mas, se ele não necessita, treine a autonomia de seu filho. E sempre que possível, conversem com a escola sobre a real necessidade de se ter alguém com o estudante o tempo inteiro. É preciso incluir. Quando se tem um adulto por perto, as crianças vão perdendo a sua espontaneidade.



“que os leva a fazer do filho ‘a causa’ de sua vida e a militar a favor de seus direitos. O terceiro torna-se, então, puramente externo, reduzindo-se a ser aquele junto a quem cabe reivindicar mais direitos e mais cuidados” (Laurent, 2014, p. 32).



ESCOLA

Não coloquem profissionais sentados o tempo todo ao lado do estudante e, ainda, no fundo da sala. Promovam momentos de interação pura e espontânea. Às vezes, os adultos anulam as espontaneidades dos estudantes, criando uma barreira.

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilidade de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014a).

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- ✓ PREVISIBILIDADE – ROTINA
- ✓ EXPLORAR O AMBIENTE ESCOLAR E OS CARTAZES – REALIZAR A LEITURA
 - ✓ ALINHAVOS
 - ✓ TRACEJADOS
 - ✓ RASTREIO
- ✓ UTILIZAR O HIPER FOTO COMO INCENTIVO
 - ✓ HISTÓRIA SOCIAL
 - ✓ PAREAMENTO
- ✓ UTILIZAÇÃO DE MATERIAL CONCRETO (ALFABETO MÓVEL, ABACO, MATERIAL DOURADO)
 - ✓ LINCE
 - ✓ SEQUÊNCIA LÓGICA



DIÁLOGO



FAMÍLIA

Família-> quando a escola te chama para conversar, é com a intenção de proporcionar o melhor para o estudante. Não é uma guerra de quem sabe lidar melhor com ele. Na grande maioria das vezes, lidar com a neurodiversidade é um desafio para todos.

Oliveira et.al. (2020 p. 192), concluem que: (...) acolher vai muito além de boas-vindas; trata-se de demonstrar afeto e cuidado com o outro, tornando o ambiente mais leve e sereno de modo que as pessoas se sintam à vontade para participar e compartilhar suas vivências, interagindo dinamicamente com o grupo e tornando-se usuários ativos no processo de recepção.

ESCOLA

Sejam resilientes e se coloquem no lugar da família, que, por vezes, carrega uma carga emocional muito grande. O aluno passa, mas o filho não.

Os resultados das pesquisas solidificam a afirmação dos autores Pinto et al., (2016, p.7): 25 A sobrecarga materna no processo do cuidado de crianças com doenças crônicas ocorre devido ao próprio constructo histórico-cultural estabelecido pela sociedade reservar a figura da mulher o papel de cuidadora primária. Somada a esta questão o vínculo afetivo pode justificar também protagonismo materno no ato de cuidar.



INTEGRAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA



FAMÍLIA

Família-> sempre que mudar qualquer aspecto, informe a escola. Não existe nada pior que ter que lidar com um estudante que não se sabe se foi medicado, se dormiu bem, ou com uma série de aspectos que podem impactar diretamente no comportamento e no aproveitamento daquele dia, gerando um desgaste para o aluno e para os profissionais. Sendo que estes poderiam ser antecipados e até mesmo evitados com uma simples informação no caderno de comunicação do aluno.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50)

ESCOLA

Sempre que acontecer qualquer mudança de comportamento, comunique a família. A maior parte das terapias é voltada para as dificuldades ou habilidades ainda não conquistadas. Se a família não sabe, provavelmente, os terapeutas não saberão. E provavelmente, a tendência é piorar. Não é positivo para ninguém que aspectos negativos sejam reforçados.

A integração do ambiente escolar e familiar não é uma tarefa fácil e não deve ser encarada de forma amadora ou 'idealística'. Urge que dados empíricos sejam gerados, permitindo a identificação de fatores que facilitam ou dificultam esta interação. (POLONIA; DESSEN, 2005, p.310)



AJUDA



FAMÍLIA

Peça ajuda sempre que necessário. Ninguém nasceu sabendo tudo.

Dada a plasticidade dos cérebros jovens e o efeito da experiência na modelagem das funções e estruturas cerebrais, é de se esperar que as experiências de intervenção contribuam para alteração no cérebro e no comportamento. (ROGERS e DAWSON, 2014 p. 17)

ESCOLA

Formação e informação são essenciais nas práticas educativas. Estudar é preciso!

A formação do professor, independente da área que escolheu trilhar, precisa ter uma atenção voltada para inclusão de pessoas com deficiência. Não se pode esperar que primeiro tenha alunos com TEA ou com qualquer outra deficiência, para depois recorrer à formação. Para além do treinamento de todos os profissionais da educação, é necessário ainda a compreensão de que as escolas devem oferecer salas de educação especializada para atendimento individual durante a escolarização das pessoas com deficiência. (Silva, et al., 2021, p.5).



ATIVIDADES EXTRACLASSE



FAMÍLIA

Ajude a escola para que o estudante possa ter continuidade dos conhecimentos aprendidos dentro da escola. Ajude na tarefa de casa. Ela pode parecer desgastante, mas o tempo na escola é pouco para adquirir todos os conhecimentos. Isso vale para qualquer estudante.

“Não se deve delegar à escola tarefas que continuam sendo da família. Cabe a esta oferecer a criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade”.(OSÓRIO, 1996, p.82)

ESCOLA

Não passem a responsabilidade de ensinar conteúdo para a família. A vida já é uma grande escola. Refletir sobre a real necessidade de enviar uma tarefa. Lembrem-se: estudantes TEA têm uma sobrecarga enorme de terapias. Ou, pelo menos, deveriam ter.

Bonfim (2023, p. 2) afirma: A complexidade e as demandas do cuidado à criança com TEA e sua família exigem conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais, e uma prática qualificada e integrada, de modo a promover uma abordagem centrada nas necessidades vivenciadas por este segmento da população.



COLABORAÇÃO



FAMÍLIA

Se você estiver dependendo de atendimento público, sabemos que isso será desgastante e, por muitas vezes, em vão. Isso não te habilita a abrir mão de ajudar o seu filho. Busque conhecimento e faça o melhor nas condições que você tem, a internet pode ajudar bastante nesse caso. E procure fontes confiáveis.

“as pessoas envolvidas precisam conhecer as características do TEA e aprender técnicas que facilitam (...) o relacionamento entre todos que com ela convivem” (Lopes, 2018, p.59).

ESCOLA

Colaborem para que o estudante tenha acesso a apoio fora da escola. Mas, não peguem a responsabilidade para si. Infelizmente, algumas habilidades somente fora da escola serão possíveis de adquirir.

“Apesar de algumas das dificuldades experimentadas pelas pessoas com autismo serem comuns a outras formas de deficiência, há dificuldades específicas inerentes ao autismo que requerem compreensão e técnicas educativas especializadas que não são geralmente disponíveis nos ambientes educativos genéricos” (Telmo, 2005, p.114).



CULPA



FAMÍLIA

Não se culpe.

O acolhimento e a orientação para as famílias são fundamentais para que elas deixem de lado as crenças errôneas, e não se desgastem com culpas desnecessárias e sem propósitos. Cuidar dos familiares, especialmente das mães, é tão importante como cuidar das próprias crianças. Barbosa, 2012, p. 96

ESCOLA

As estratégias devem ser sempre partir do respeito e da sensibilidade do olhar para o outro. Nem sempre as estratégias utilizadas vão ser eficientes, isso não quer dizer que foi um erro e sim uma tentativa.

Quando o professor tem a habilidade de compreender as reações íntimas do aluno, quando tem a percepção sensível do modo como o aluno vê o processo de educação e de aprendizagem, então, cresce a possibilidade de aprendizagem significativa (Rogers, p. 112).



BUSCA



FAMÍLIA

A busca deve ser constante para evoluir o estudante. Não menospreze o seu conhecimento.

O professor ao trabalhar com crianças autistas deve ter como principal objetivo ensinar, e a persistência são uma grande aliada, o ensino tem como prioridade as atividades de vida prática, à socialização, através de atividades para uma normalização do convívio social. (LABANCA, 2000, p. 134)

ESCOLA

A evolução é uma busca constante. Mas, dê valor aos pequenos avanços.

“incluir é aceitar, é sentir a educação além do contexto físico do espaço sala ou escola, é, sobretudo, uma forma de estar e de ser dos pais, dos docentes e não docentes, das escolas, da sociedade e do mundo em geral. Isto é inclusão” (CARVALHO, 2014, p. 36).



FORMAÇÃO



FAMÍLIA

Não se acomode.

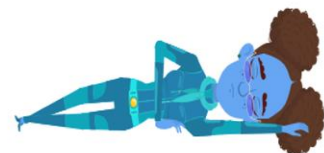
Eugênio Cunha (2011, p. 89.) diz que, “uma grande ajuda para todos os indivíduos com autismo independentemente do grau de severidade, vem das relações familiares, em razão do enfoque na comunicação, na interação social e no afeto.”

“o cérebro responde cada vez mais por tudo aquilo que outrora nos acostumamos a atribuir à pessoa, ao indivíduo, ao sujeito” (Ortega, 2008, p. 490)

ESCOLA

Busque sempre por conhecimento e compartilhe sempre que possível.

A formação do professor, independente da área que escolheu trilhar, precisa ter uma atenção voltada para inclusão de pessoas com deficiência. Não se pode esperar que primeiro tenha alunos com TEA ou com qualquer outra deficiência, para depois recorrer à formação. Para além do treinamento de todos os profissionais da educação, é necessário ainda a compreensão de que as escolas devem oferecer salas de educação especializada para atendimento individual durante a escolarização das pessoas com deficiência. (Silva, et al., 2021, p.5).



RESULTADOS



FAMÍLIA

Você vai sobreviver e vai se orgulhar dos esforços empenhados.

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2011, p. 68)

ESCOLA

O seu papel será fundamental para o sucesso e vocês vão se orgulhar e os impactos serão vistos na sociedade como um tudo.

Portanto, quanto mais você contribuir para que a sociedade de modo geral saiba mais sobre o autismo, mais você será ajudado a diminuir o preconceito (preconceito esse que até mesmo você poderá sofrer quando estiver com sua criança em algum lugar em público) Paiva Filho (2012, p. 49)



PARCERIA

A escola e família devem conviver em completa sintonia em suas atitudes, já que seus propósitos caminham juntos na formação e educação dos alunos. Não há como negar que a família e a escola são as instituições fundamentais da sociedade, com papéis diferenciados, porém não contraditórios, e sim complementares. Aguiar (2010, p. 29)



ESCOLA E FAMÍLIA, UMA PARCERIA QUE COM CERTEZA SERÁ DE SUCESSO.
ONDE TODOS SAEM GANHANDO!!!

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ana Maria da Silva Fortes. **A instituição família e sua importância no processo de educar – 2010**. Disponível em: <http://www.antesamericana.com.br/Artigos/rz/A-instituicao-familia-e-su-a-importancia-no-processo-de-educar.html>. Acesso em: 10 de maio de 2024.
- BARBOSA, Silva. **Autismo + sala de aula: deixando o preconceito de lado e compreendendo melhor estudantes com necessidades especiais, a sala de aula pode se tornar um espaço melhor para todos**. Revista Acene, Ano II, nº 07, 2014, p. 37-40.
- BONFIM, Tássia de Arruda; GIACON-ARRUDA, Bianca Cristina Ciccone; GALERA, Sueli Aparecida Frari; TESTON, Elen Ferraz; NASCIMENTO, Francisneide Gomes Pego; MARCHETI, Angélica Marcheti. **Assistência às famílias de crianças com Transtornos do Espectro Autista: percepções da equipe multiprofissional**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 31, p. e3781, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/209373>. Acesso em: 20 maio 2024.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicologia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: WAK, 2011.
- DAWSON, Geraldine.; ROGER, Sally J. **Conhecimento atual da aprendizagem infantil e do autismo**. In: DAWSON, Geraldine.; GAIATO, Mayra. **SOS autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. Nversos, 2018.
- GAIATO, Mayra; LABANCA, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: Inclusão – Revista da Educação Especial – Out. 2005. Disponível em: https://www.nead.unama.br/site/bibdigital/o_autismo_na_educacao_inclusiva.pdf. Acesso em: 05 março 2023.
- LAURENT, E. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro, RJ: Escuta, 2014.
- OLIVEIRA, Jéssica Jaine Marques de; SCHMIDT, Carlo; PENDEZA, Daniele Pincolini. **Intervenção implementada pelos pais e empoderamento parental no Transtorno do Espectro Autista**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, p. e218432, 2020.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

24

- PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares**. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>. Acesso em: 20 maio 2024.
- POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.
- Revista Autismo. **Informação gerando ação**. Ano 1, n. 1, Abril 2011. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/RevistaAutismo001.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.
- ROGER, Sally J. **Intervenção precoce em crianças com autismo**. Lisboa: Lidel, 2015.
- SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista**. Appris, 2018.
- SILVA, Sylvania Pereira, et al. **Inclusão de pessoas com autismo na escola: enfrentamentos e estratégias**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/home>. Acesso em: 10 maio 2024.
- STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena. **País de autistas: acolhimento, respeito e diversidade**. Literare Books, 2022.
- TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. 2018.
- ORTEGA, Francisco. **O sujeito cerebral e a neurodiversidade**. Mana, v. 14, n. 2, p. 477-509, 2008.
- VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão**. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007.